

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022/2023

Desembargador

JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA





RELATÓRIO DE GESTÃO **2022/2023**
Desembargador JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA



“O sucesso na gestão pública está intrinsecamente ligado à capacidade de ouvir, compreender e atender às necessidades da sociedade.” **Peter Drucker**



Quando assumi a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo há dois anos, disse em meu discurso de posse: “Somos todos anjos com uma só asa; e só podemos voar quando abraçados uns aos outros”. A frase de Luciano de Crescenzo, ex-presidente da IBM na Itália, não poderia ser mais verdadeira. Os desafios e avanços registrados no biênio 2022/2023 foram vencidos e alcançados graças à dedicação e ao empenho dos magistrados e servidores que fizeram e fazem parte desta Corte Eleitoral.

Em outubro de 2022, as eleições gerais em nosso Estado ocorreram em um cenário de polarização política nunca antes visto desde a redemocratização.

Contudo, a despeito de todas as adversidades naturais e do certo pessimismo com que alguns observavam o processo eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo promoveu o pleito de forma exitosa e sem grandes percalços.

De um lado, a partir do planejamento realizado, os eleitores capixabas puderam comparecer de forma massiva e pacífica às seções eleitorais, conscientes da responsabilidade de cada voto depositado.

Por outro, em razão da logística adotada pelo Tribunal, logramos, uma vez mais, com absoluta transparência, ser o primeiro Estado na apuração e na divulgação dos resultados finais, tanto no primeiro quanto no segundo turno de votação.

Mas todo o trabalho desempenhado, é importante dizer, não se deu da noite para o dia.

Meses antes, já em março de 2022, deflagramos o primeiro programa para aperfeiçoamento do processo eleitoral, denominado programa “#SerEleitor”, uma ação focada especificamente nos jovens de 15 a 18 anos que estavam afastados do debate político e não encontravam motivação para retirar o título de eleitor.

Com as parcerias da Secretaria de Estado da Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Defensoria Pública do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil, fomos pessoalmente às salas de aula de diversas escolas públicas e privadas de nosso Estado e mostramos

a importância do voto jovem.

Já em junho de 2022, seguindo as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral, concentramos nossas forças no combate à desinformação eleitoral.

O projeto, denominado de “Eleitor Capixaba Bem Informado”, fora conduzido pelo eminente Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Namy Carlos de Souza Filho, e contou com o apoio dos veículos de imprensa. Por meio dessa iniciativa, os eleitores puderam, de forma rápida e transparente, sanar eventuais dúvidas diante dos casos de fake news que surgiram.

Também avançamos muito no cuidado e na valorização da participação feminina na Justiça Eleitoral capixaba.

Em julho de 2022, implantamos a Ouvidoria da Mulher do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, canal especializado para o recebimento das demandas relacionadas à violência contra a mulher, notadamente a violência aos direitos políticos, igualdade de gênero e participação feminina.

No âmbito específico do combate à violência política de gênero, demos um importante passo ao lançar, em setembro de 2022, o Pacto pelo Enfrentamento da Violência Política de Gênero, uma iniciativa do Comitê Gestor de Incentivo à Participação Política da Mulher e Equidade de Gênero e da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-ES.

Concretizadas as eleições gerais, o trabalho não parou!

Já no início de 2023, diante dos problemas das longas filas que ocorreram em algumas seções eleitorais durante o Pleito, realizamos um mapeamento e estudo profundos das causas do congestionamento na hora do voto. Com o exame realizado, pudemos encaminhar ao TSE sugestões no intuito de aperfeiçoar os pleitos eleitorais vindouros.

Ainda no primeiro semestre de 2023, promovemos mudanças no quadro organizacional deste Tribunal, revisando funções das secretarias objetivando uma gestão mais moderna e cada vez mais aplicada em resultados, especialmente para atendimento das metas de produtividade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nesse contexto, fora identificado, em meados de 2022, que o estrangulamento na entrega da tutela jurisdicional deste Tribunal repousava nas ações de prestação de contas, muitas das quais tramitavam há anos, ainda pendentes de julgamento.

Isso em função de frequentes e extemporâneas intervenções dos responsáveis pela prestação de contas, resultando em indevida elasticidade procedimental.

Com o escopo de restabelecer o princípio da duração razoável do processo, este Regional promulgou, em setembro de 2022, a Resolução n. 308, sistematizando os procedimentos de apresentação, análise e julgamento das prestações de contas, além de explicitar os prazos para manifestação do interessado, sob pena de preclusão.

Constatamos ainda que a Unidade de Auditoria Interna, que examina as prestações de contas, estava com grande volume de procedimentos pendentes de exame.

Após reuniões objetivando suprimir o represamento, editamos o Ato n. 159, de abril de 2003, instituindo mutirão de servidores de diversas áreas, até a regularização das atividades da Auditoria Interna deste Regional.

Paralelo a isso, com o apoio inestimável do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, implementamos os

painéis de gestão Business Intelligence (BI), por meio dos quais o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de forma inovadora, passou a obter todas as informações necessárias ao adequado gerenciamento da Corte em níveis estratégico, tático e operacional.

De outro lado, entregamos as novas instalações da Escola Judiciária Eleitoral “Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa”, com maior espaço e melhor estrutura, a fim de incrementar o profícuo trabalho desempenhado pela zelosa diretoria.

Em agosto de 2023, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo sediou o 82º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), evento de grande sucesso em todos os aspectos, que teve por finalidade o planejamento das Eleições municipais de 2024.

Na ocasião, Presidentes, Diretores-Gerais e demais representantes das cortes regionais eleitorais de todo o Brasil puderam compartilhar experiências e travar debates acerca de matérias sensíveis afetas à Justiça Eleitoral.

Em setembro de 2023, o Pleno deste Tribunal Regional Eleitoral, a partir da iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral, aprovou a criação da “Medalha do Mérito Educação Eleitoral Emiliana Emery”, em homenagem à primeira mulher capixaba a conquistar o direito ao voto em 1929 e a primeira do Brasil a exercê-lo validamente nas urnas.

Assim, esta Corte poderá homenagear as pessoas que prestaram relevantes serviços à cidadania, ao desenvolvimento do Direito Eleitoral e à solidificação da democracia brasileira.

Em outubro de 2023, demos início às obras de instalação dos gabinetes dos eminentes Juízes Membros que compõem o Pleno desta Corte, porquanto localizados em edifício anexo à sede do Tribunal, em espaço reduzido.

A partir dessa obra, cuja conclusão tem previsão já para o início do próximo ano, os eminentes Membros passarão a trabalhar no edifício sede, de melhor acesso, com salas equipadas e estrutura apta a proporcionar o pleno desempenho da missão constitucional, propiciando adequado atendimento às partes e aos advogados.

Finalmente, como prova de todo o esforço levado a efeito, este Tribunal Regional Eleitoral assegurou 88% da pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade de 2023, passando para a 15ª posição entre os demais tribunais regionais eleitorais, o que representou um avanço de 11 posições no ranking em relação ao prêmio anterior, com 88% da pontuação, conforme resultado final divulgado.

Enfim, este Relatório de Gestão é a versão resumida do Biênio 2022/2023, sob nossa gestão, com prestação de contas, resultados e avanços registrados nesse período.

Trata-se de documento de fácil leitura e destacada importância para quem acompanha a evolução da Justiça Eleitoral no Espírito Santo, fruto do dedicado trabalho dos magistrados e servidores que integram os quadros desta Corte Regional Eleitoral.



Momento do 82º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel).



EVOLUÇÃO NO PRÊMIO DE QUALIDADE E CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ NO BIÊNIO

O TRE-ES alcançou notável progresso no Prêmio CNJ de Qualidade, elevando sua pontuação de 67,23% em 2022 para impressionantes 88% em 2023. Superando uma intensa competição entre os Regionais Eleitorais, o tribunal avançou de uma posição desafiadora (26ª) para a 15ª posição. Esse notável avanço, representando uma mobilização destacada no Eixo Produtividade, reflete o compromisso e a dedicação do Regional para aprimorar sua prestação jurisdicional.

No Prêmio CNJ de Qualidade do 2022, o TRE-ES obteve 67,23% da pontuação máxima. Assim, não obstante ter alcançado quase 70% da pontuação máxima do prêmio, em função da acirrada disputa entre os Regionais Eleitorais, ficou classificado no penúltimo lugar, isto é, na 26ª posição.

Já para o Prêmio de Qualidade de 2023, o TRE-ES assegurou 88% da pontuação máxima do prêmio, passando para a 15ª posição entre os Regionais da Justiça Eleitoral, evoluindo, pois, 11 posições. Para obter esse avanço de 30,89% na pontuação máxima, este Regional teve que fazer uma grande mobilização, especialmente no Eixo Produtividade, ou seja, referente à prestação jurisdicional propriamente dita, já que o Prêmio CNJ de Qualidade analisa quatro Eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

Ainda em meados do ano de 2022, o TRE-ES identificou que um dos pontos de estrangulamento na entrega da sua tutela jurisdicional eram as demandas relativas à prestação de contas que, frequentemente, tramitavam por anos, por não se impor prazos preclusivos. Assim,

A melhoria foi alcançada por meio de esforços concentrados, especialmente no Eixo Produtividade. Em setembro de 2022, após a emissão da Resolução n. 308 para agilizar a prestação de contas, foram implementadas medidas adicionais. Destacam-se a instituição de um mutirão para lidar com o grande volume na Unidade de Auditoria Interna, o que contribuiu significativamente para a evolução no ranking.

para regularizar essa dificuldade, em setembro de 2022, este Colegiado editou a Resolução n. 308, que dispôs sobre os procedimentos de apresentação, análise e julgamento das prestações de contas, estabelecendo rito mais consentâneo com a duração razoável do processo.

Considerando ainda que a Unidade de Auditoria Interna desta Corte, que examina as prestações de contas, estava com um grande volume de contas pendentes de exame, foi instituído um mutirão com servidores de diversas áreas até a regularização das atividades do referido Setor. Embora não tenha sido difícil perceber o atraso na tramitação dos processos de prestação de contas, por ser mais expressiva essa demora, considerando que os processos relacionados às referidas classes processuais representam significativa demanda desta Justiça Eleitoral, percebeu-se, no entanto, que este Tribunal não tinha instrumento que permitisse um diagnóstico real, de modo geral, dos processos em tramitação tanto no primeiro, quanto no segundo grau de jurisdição, bem como de outros itens relevantes ao bom funcionamento deste Regional.

Após algumas reflexões sobre essa questão, foi solicitado auxílio ao TRE de Goiás, no mês de março do corrente ano, para implantação de painéis que permitissem, de forma expedita e segura, a visualização dos pontos de estrangulamento da prestação jurisdicional e outros aspectos relevantes ao bom funcionamento desta Justiça Eleitoral.

Implantados estes painéis de Business Intelligence - BI foi, então, possível, identificar com facilidade os processos mais antigos em tramitação, tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição, bem como identificar algumas Zonas Eleitorais que se encontravam com grande estoque de processos pendentes de prosseguimento. Para equacionar este último desafio, foi constituído, no mês de junho, um grupo de servidores que, em mutirão, auxiliaram essas Zonas Eleitorais.

O TRE-ES, em parceria com o TRE de Goiás, implementou painéis para evitar atrasos nas prestações de contas. Em junho, um mutirão de servidores auxiliou Zonas Eleitorais com pendências. Reuniões periódicas avaliaram a efetividade do tribunal, mas desafios persistem. Em 2024, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) será otimizado, priorizando o julgamento de processos mais antigos. Um convênio com o IFES possibilitou a seleção de pessoal para desenvolver aplicações inteligentes, alinhando-se à inovação com inteligência artificial em outros tribunais regionais.

Paralelamente a essas atividades, ocorreram reuniões periódicas, ao longo do corrente ano, com integrantes ligados às diferentes áreas deste Tribunal, objetivando a avaliação dos critérios de efetividade e eficiência do funcionamento desta Justiça Especializada para atendimento dos requisitos fixados pelo Conselho Nacional de Justiça para o Prêmio CNJ de Qualidade/2023.

Nada obstante o ganho percentual significativo, para o Prêmio CNJ de Qualidade 2023, avalia-se que o TRE-ES poderia ter alcançado melhor classificação, haja vista a baixa pontuação verificada no quesito “Ranking da Transparência” (Art. 7º, I, da Portaria CNJ nº82/2023), mesmo possuindo, em seu portal, todas as informações elencadas pela Resolução CNJ nº 260/2018, porém em endereços (links) diversos daqueles requeridos pelo CNJ. Trata-se, portanto, de uma questão formal, a ser reparada, para os próximos exercícios, recolocando o TRE-ES em posição compatível com a excelência da sua gestão de processos de negócio.

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) será administrado de forma otimizada em relação à redistribuição dos processos dos juízes auxiliares. Em 2024, para melhor pontuação do IAD no segundo grau, deverá ser dada preferência ao julgamento dos processos ingressados até o ano de 2021.

Isso diminui o tempo médio dos processos como um todo e também o indicador de processos mais antigos. O convênio do TRE-ES com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), possibilitou seleção de pessoal para atuar no Desenvolvimento de Aplicações Inteligentes e gerará frutos no auxílio da análise das prestações de contas e das demandas repetitivas. O uso da inteligência artificial já é uma realidade em outros regionais e este Tribunal acompanha essa inovação

• A partir dos painéis desenvolvidos pela equipe de servidores do TRE de Goiás, o TRE-ES ajustou o painel Locais de Votação à realidade capixaba, bem como desenvolveu seus próprios painéis de BI, a fim de melhor atender às suas peculiaridades, como os abaixo relacionados, referentes:

- às Eleições Municipais 2024;
- aos Riscos das Eleições;
- ao Ranking de Transparência;
- ao Plano de Contratações STIC (Solução de Tecnologia de Informação e Comunicação) e
- ao Plano Diretor de TIC 2021 – 2026 (avalia o planejamento da área de informática em determinado período)

O sucesso dos painéis de BI gerou também a necessidade de incremento de pessoal específico para essa área, por meio da contratação de especialistas para esse setor, um legado que proporcionará em curto e médio prazo ainda mais avanços para a produtividade jurisdicional deste Tribunal, criando-se uma cultura de excelência solidificada e parametrizada para as próximas gestões.

• Em relação às metas gerais do Poder Judiciário, quais sejam:

Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos) e meta 2 (julgar processos mais antigos), no presente exercício, com reflexo sobre o Prêmio CNJ de Qualidade/2024, já foram alcançadas. O Tribunal possui o segundo melhor aproveitamento no julgamento de processos que abrangem a meta 1 e figura entre os dez tribunais que mais julgaram os processos mais antigos, objeto da meta 2. Quanto à meta 4, relativamente à Justiça Eleitoral, tem por escopo aferir o tempo para o julgamento dos processos que possam resultar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade, referente às eleições municipais de 2020, cujo percentual de julgamento deve ser de 80%, bem como às eleições gerais de 2022, no percentual de 40% dos respectivos processos.

Esses processos, em razão das graves consequências que deles podem advir, são, como regra, complexos e de extenso trâmite. Não obstante, quanto ao julgamento de 80% dos processos referentes às eleições municipais de 2020, de competência do primeiro grau de jurisdição, o TRE já alcançara 110,71% da referida meta 4. Quanto ao julgamento de 40% dos processos referentes às eleições gerais de 2022, de competência do segundo grau de jurisdição, o TRE alcançara 78,95% do total de 40% da referida meta 4, portanto, faltando o julgamento de 3 (três) processos até o final do ano, para atingimento desta meta também em segundo grau.

Registre-se, por fim, que o TRE-ES cumpriu todas as metas (1, 2 e 4) referentes ao exercício 2022 e avança para obtenção desse resultado de excelência no exercício em curso até o final do corrente ano de 2023.



FLASHS IMPORTANTES DA GESTÃO

INICIATIVA DE DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM COMUNIDADES INDÍGENAS

O presidente lança o projeto “Cidadania e Participação Política em comunidades originárias”. O foco inicial foi em duas localidades em Aracruz, com representantes Guaranis e Tupinikins. A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal organizou os encontros, contando com a participação de diversas autoridades.

Durante as visitas às comunidades, o presidente do TRE-ES destacou o objetivo de melhorar a interlocução do Tribunal com as comunidades originárias, visando facilitar a participação desses povos nas eleições. O vice-presidente e corregedor, desembargador Namyrr Carlos de Souza Filho, ressaltou a importância do encontro como uma aproximação entre o TRE-ES e as comunidades originárias, incentivando a participação cidadã e o exercício do voto.



O diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juiz Renan Sales, compartilhou dados do IBGE, destacando a discrepância entre o número de indígenas registrados e aqueles aptos a votar. O projeto do TRE-ES visa promover a inclusão política dos povos originários, com uma abordagem itinerante para atender às demandas e estimular a participação política.

A ação do projeto foi bem recebida pelos caciques presentes, que enfatizaram a importância do interesse do Tribunal em compreender a realidade indígena e promover a representatividade. A cacique Marcela, da comunidade tupinikin Irajá, abordou a relevância do voto feminino e LGBTQIA+ nas comunidades originárias, destacando a busca por igualdade e representação.

INSTITUIÇÃO DA MEDALHA EM HOMENAGEM A PIONEIRA DO VOTO FEMININO CAPIXABA

Em uma sessão do Pleno, o TRE-ES aprovou por unanimidade a criação da Medalha do Mérito Educação Eleitoral Emiliana Emery. A honraria, proposta pela Escola Judiciária Eleitoral, visa reconhecer indivíduos que contribuíram significativamente para a cidadania e o desenvolvimento do Direito Eleitoral na região. A medalha leva o nome de Emiliana Emery, a primeira mulher capixaba a conquistar o direito ao voto em 1929. A distinção será concedida em solenidade especial, após aprovação da Presidência do TRE-ES.



PACTO NACIONAL PELA EQUIDADE RACIAL



O TRE-ES, pelo seu presidente, aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, promovido pelo CNJ. O pacto busca eliminar desigualdades raciais e o racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário, por meio de medidas afirmativas e reparatórias. A juíza Isabella Rossi Naumann Chaves destaca a importância dessa iniciativa, que inclui a formação sobre questões

raciais, regulamentação de comissões nos tribunais e a promoção da diversidade étnico-racial nos órgãos judiciais. Tribunais superiores, como STF, STJ e TST, também aderiram à causa.

DEPUTADOS E PRESIDENTES DE TRIBUNAIS SE REÚNEM PARA FORTALECER DIÁLOGO

O presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), deputado Marcelo Santos, promoveu um almoço institucional, reunindo deputados estaduais e os presidentes dos Tribunais de Justiça (TJES) e Regional Eleitoral (TRE-ES) do estado. O objetivo foi fortalecer a relação entre os poderes, promovendo um diálogo construtivo para o desenvolvimento do estado. Durante o evento, destacou-se a importância da colaboração entre os poderes para uma gestão eficiente e atenta às necessidades da população. O presidente do TRE-ES,



José Paulo Calmon Nogueira da Gama, ressaltou a integração dos deputados e agradeceu o convite, enquanto o presidente do TJES, Fábio Clem, enfatizou a relevância da relação institucional como investimento para a evolução do Espírito Santo. O deputado Marcelo Santos também prestou homenagem a Francisco Victor Bouissou, contribuinte para o desenvolvimento tecnológico do Judiciário capixaba.

PRESIDENTES DOS TRES SE REÚNEM EM VITÓRIA PARA 82º ENCONTRO DO COPTREL



82º

Encontro do
Colégio de Presidentes
dos Tribunais Regionais
Eleitorais (Coptrel)
Vitória/ES

O 82º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel) foi oficialmente aberto em Vitória, ES. O evento, que reúne presidentes dos TRES do país para debater boas

práticas da Justiça Eleitoral, foi conduzido pelo presidente do TRE-BA, Roberto Maynard Frank, e pelo anfitrião, José Paulo Calmon Nogueira da Gama, presidente do TRE-ES. Durante a solenidade, destacou-se a importância do encontro para compartilhar experiências e alinhar estratégias para aprimorar a atuação dos tribunais. O presidente do TRE-ES enfatizou a necessidade de preparação constante da Justiça Eleitoral, desejando pleno sucesso nas eleições de 2024. O evento ocorreu entre os dias 17 a 19 de agosto.

PRESIDENTES DOS TRES ASSINAM COMPROMISSO NACIONAL PARA AMPLIAR PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS ELEIÇÕES

Durante o 82º Encontro do Colégio de Presidentes dos TRES (Coptrel) em Vitória-ES, os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país formalizaram um compromisso nacional para ampliar a participação e



representatividade dos povos indígenas nas eleições. A proposta, apresentada pelo TRE do Amapá, foi aprovada por unanimidade e integra a Carta de Vitória, que inclui outras seis propostas encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente do Coptrel elogiou a iniciativa, incentivando a inclusão de ações no compartilhamento de boas práticas e destacando o compromisso da Justiça Eleitoral com a participação política da população indígena. O presidente do TRE-AP ressaltou a importância da inclusão dos cidadãos indígenas no processo eleitoral, destacando os projetos realizados pelo TRE-AP nesse sentido.

INICIATIVAS EDUCACIONAIS REFORÇAM VÍNCULOS DO TRE-ES COM ESTUDANTES DE DIREITO



O TRE-ES fortaleceu seus laços com a comunidade acadêmica por meio de visitas educativas realizadas em parceria com diversas instituições de ensino. Alunos do 1º período de Direito da UFES e da Multivix partici-

param de visitas guiadas pelo TRE-ES, explorando o Centro de Memória, recebendo palestras sobre Direito Eleitoral e acompanhando sessões de julgamentos do Pleno. Estudantes de Direito da FAESA e UniSales também tiveram a oportunidade de observar uma sessão de julgamentos do Pleno do TRE-ES, como parte da estratégia de aproximação do Tribunal com instituições de ensino jurídico, proporcionando insights sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral. Além disso, alunos do 5º ao 9º ano de Direito da Universidade Estácio de Sá conheceram o Centro de Memória do Tribunal, participaram de palestras sobre Direito Eleitoral e acompanharam sessões de julgamentos do Pleno. Essas iniciativas, promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral, visam estreitar os laços entre o Tribunal e os estudantes, enriquecendo suas experiências educativas.”

INOVAÇÕES EM TI EM PARCERIA COM O TRE DO PARÁ

A equipe de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) recebeu treinamento do TRE do Pará para a implantação de plataformas inovadoras, como o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq). Esse sistema, composto por um repositório digital (Archivematica) e uma plataforma de acesso (AtoM), visa preservar documentos arquivísticos a longo prazo e facilitar o acesso transparente a informações. A colaboração entre os tribunais fortalece a capacitação técnica e a troca de experiências. A iniciativa atende às exigências da Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para adoção do RDC-Arq na preservação digital.



TRE-ES E IFES INICIAM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES INTELIGENTES



O TRE-ES e o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) realizaram a aula inaugural do curso de Pós-graduação em Desenvolvimento de Aplicações Inteligentes. A parceria envolve estudantes do Ifes Campus Serra, que colaborarão diretamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-ES. O evento contou com a presença de autoridades, incluindo o presidente do TRE-ES e o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação do Ifes Campus Serra. O programa inclui um inovador Programa de Residência em Tecnologia da Informação, abrigando oito alunos de pós-graduação na sede do TRE-ES.

TSE E PRESIDENTES DOS TRES DISCUTEM ELEIÇÕES 2024 COM ENFOQUE NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, reuniu-se com 27 presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para abordar questões relacionadas às eleições municipais de 2024. Temas discutidos incluíram segurança nas seções eleitorais, transporte gratuito para eleitores, atualização das urnas eletrônicas e combate à desinformação. Moraes destacou a produção de 220 mil novas urnas e a possibilidade da obrigatoriedade da biometria. O combate à desinformação foi enfatizado, com ênfase na divulgação do aplicativo Pardal. Moraes defendeu a regulação das redes sociais para proteger a democracia, destacando a responsabilidade das plataformas digitais no combate a discursos prejudiciais.



PRESIDENTE RECEBE MEMBROS DA COMISSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS E ELEITORAIS DA OAB-ES



O desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, recebeu membros da Co-

missão de Direitos Políticos e Eleitorais da OAB-ES em uma visita institucional. O encontro abordou assuntos relacionados à Justiça Eleitoral e a valorização da advocacia no devido exercício profissional.

TRE-ES E TRE-GO ESTABELECEM PARCERIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS DE BUSINESS INTELLIGENCE

O TRE-ES e TRE-GO colaboram na capacitação e implantação de Painéis de Business Intelligence (B.I.) para aprimorar a gestão e envio de dados estatísticos ao CNJ. A iniciativa, em conformidade com a Resolução nº 333/2020 do CNJ, visa facilitar o acesso a informações estratégicas, promovendo transparência e aprimorando a atividade jurisdicional.



TRE-ES INAUGURA NOVAS INSTALAÇÕES DA EJE-ES PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ELEITORAL

O TRE-ES inaugurou as novas instalações da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-ES), localizadas no quinto andar do edifício anexo. O evento contou com a presença de autoridades do tribunal. A EJE-ES tem como missão oferecer formação em Direito Eleitoral, estimular estudos e programas sociais, sendo reconhecida por iniciativas online durante a pandemia. Em 2022, a escola recebeu o 3º lugar no II Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais.



IMPLANTAÇÃO DO NUCOE PARA COMBATE A CRIMES ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES 2022



NUCOE
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

A implantação do Núcleo de Combate aos Crimes e à Corrupção Eleitoral (NUCOE) para as Eleições 2022 concentrou esforços no combate a práticas ilícitas e irregularidades eleitorais, auxiliando os órgãos da

Justiça Eleitoral. O evento de lançamento contou com a presença de representantes de diversas instituições ligadas à segurança pública e ao Ministério Público. O núcleo atuou até o encerramento do segundo turno das eleições, conforme as diretrizes da Portaria TSE 553/2022 e da Resolução TRE-ES 152/2022.

ENCERRAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL COM SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS



Concluído o ciclo do processo eleitoral com a solenidade de diplomação dos eleitos. O evento incluiu a diplomação do governador, vice-governador, senador, deputados federais e estaduais eleitos, e seus suplentes. O presidente do TRE-ES, desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, agradeceu a presença dos convidados, destacando o encerramento significativo do processo

eleitoral. O vice-presidente e corregedor, desembargador Namyrr Carlos de Souza Filho, enfatizou a importância da Justiça Eleitoral e do processo que culminou na eleição dos presentes.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

A gestão evidenciou um comprometimento excepcional com o aprimoramento da equipe do TRE-ES, por meio de sua Escola Judiciária, totalizando 189 ações de capacitação que beneficiaram mais de 444 servidores, resultando em 2.515 capacitações. Adicionalmente, a instituição promoveu 28 ações de cidadania, estabelecendo 8 parcerias estratégicas com colaboradores externos. Essas iniciativas ressaltam o empenho do tribunal em fortalecer suas equipes e envolver-se ativamente com a comunidade.

AÇÕES DE CIDADANIA

1. Palestra Online de Apresentação do Programa #Sereleitor para Representantes SINEPE, IFES e SEDU	11. Evento de Lançamento do NUCOE (Núcleo de Combate à Violência de Gênero)
2. Dia D - Programa #Sereleitor Escola São Domingos	12. Evento de Lançamento da Ouvidoria da Mulher
3. Dia D - Programa #Sereleitor Colégio Estadual	13. Evento Pacto pelo Enfrentamento da Violência Política contra a Mulher
4. Dia D - Programa #Sereleitor IFES Vitória	14. I Seminário Panorama Político Feminino nas Eleições de 2022
5. Palestra no Colégio Americano de Serra - Programa #Sereleitor	15. Cerimônia de Posse Membro TRE-ES Classe Jurista Dr. Renan Sales
6. Palestra no Colégio Americano de Vila Velha - Programa #Sereleitor	16. Cerimônia de Diplomação dos Eleitos
7. Palestra na UVV - Programa #Sereleitor	17. Webinar EJE/ES: Panorama Político da Participação Feminina nas Eleições 2022
8. Palestra no Colégio Americano de Guarapari - Formato Online - Programa #Sereleitor	18. Lançamento da Ouvidoria da Mulher
9. Palestra no Colégio Castro Alves - Cariacica - Formato Online - Programa #Sereleitor	19. Prevenção ao Assédio na Justiça Eleitoral do ES
10. Pacto pelo Enfrentamento da Violência	20. Transmissão do VIII Encontro Nacional do Copeje

VISITAS GUIADAS DE UNIVERSIDADES (PALESTRAS, MUSEU, SESSÃO DE JULGAMENTO)

1. Faculdade de Direito de Vitória - FDV	5. Universidade de Vila Velha
2. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	6. FAESA
3. Faculdade Multivix	7. Estácio de Sá
4. UNISALES	

O Tribunal realizou 4 fóruns de debates sobre o enfrentamento à violência política de gênero. Além disso, houve o planejamento do Projeto “Cidadania e Participação Política de Povos Originários e Comunidades Tradicionais no Espírito Santo: Indígenas e Quilombolas”.

Destaca-se o Programa “Ser Eleitor”, que abrangeu todo o Estado com ações de comunicação social, webinars e lives pelo canal da EJE no Youtube, ações presenciais em escolas de todos os municípios da Grande Vitória, e celebração de parcerias com organizações públicas e privadas. Entre os parceiros estão a Procuradoria Regional Eleitoral, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Governo do Estado do Espírito Santo, o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo (SINEPE ES). O impacto social foi considerável, com expressivo ganho em resultados, considerando o número de eleitores antes do início do programa (10.846 eleitores e eleitoras) e após o programa (27.785 eleitores e eleitoras), dentro do público-alvo do programa, que são eleitores facultativos (16 a 18 anos).

RELAÇÕES COM PÚBLICO EXTERNO

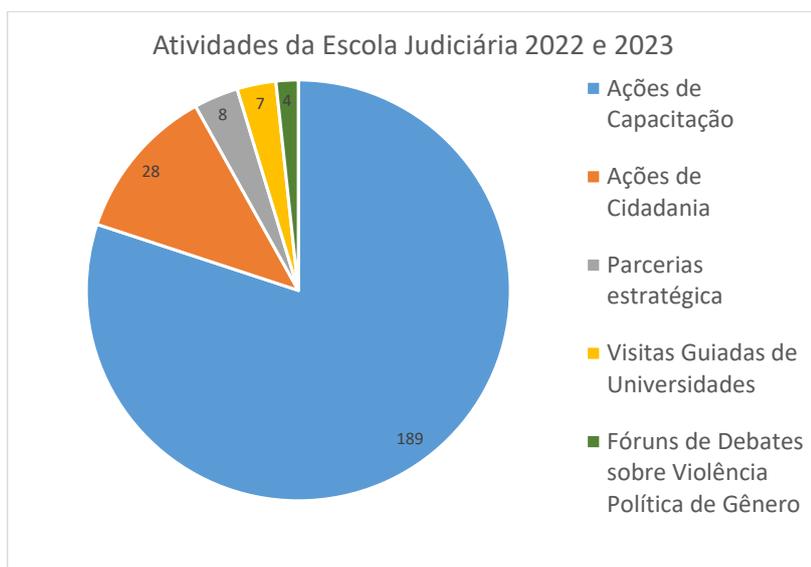
Celebração de Termos de Cooperação com diversas instituições	Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos Visitas à Escolas para palestras sobre cidadania
Protocolo de Intenções sobre Violência Política de Gênero	Representação no Colégio de Dirigentes das EJEs enquanto Secretário
Pacto sobre a violência Política de Gênero, com 11 instituições signatárias	Canal na EJE no Youtube (https://www.youtube.com/ejees) com 2.216 inscritos, 66.045 visualizações, aproximadamente 8 mil horas de conteúdo assistido.

Nesse ponto, ressalta-se o Protocolo de Intenções sobre Violência Política de Gênero, que reuniu 11 instituições signatárias representando a cadeia de atendimento de mulheres vítimas desses casos, e o Pacto Pelo Enfrentamento da Violência Política Contra a Mulher, que foi um marco nas ações de enfrentamento à violência política contra a mulher, tendo sido realizado Webinars e Lives pelo canal da EJE no Youtube, ações presenciais, inclusive com a participação da ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maria Cláudia Buchianeri e da presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil; e com palestra da presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Ufes, Brunela Vieira de Vicenzi. Na oportunidade, assinaram o Pacto este TRE-ES, o Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Polícia Civil do Espírito Santo e pela Polícia Federal.

CURSOS E TREINAMENTOS

1. Curso Preparatório para as Eleições de 2022	11. Boas Práticas em Cibersegurança
------------------------------------------------	-------------------------------------

2. Curso de Registro de Candidatura - Professora Roberta Gresta	12. Promoção dos Direitos e a População em Situação de Rua
3. Curso de Ações Cassatórias - Professores Rodrigo López Zílio e Edson Rezende de Castro	13. VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral
4. Curso de Propaganda Política - Professor Alexandre Basílio	14. LGPD e Eleições
5. Novas competências Penais, Processo Penal Eleitoral e Sentença Condenatória Penal - Professor Volgane Oliveira Carvalho	15. Liderança e Gestão de Equipes
6. Curso de formação em segurança cibernética, capacitando aproximadamente 471 servidores e servidoras.	16. Nova Lei de Improbidade e Reflexos no Registro de Candidatura



Destaca-se a realização de quatro fóruns sobre violência política de gênero e o planejamento do projeto “Cidadania e Participação Política de Povos Originários e Comunidades Tradicionais”. Além disso, o Programa “Ser Eleitor” ganha evidência, expandindo resultados e parcerias, e registrando um notável aumento de eleitores no público-alvo.

7. Acessibilidade em Espaços de Uso Público no Brasil	17. Atualização em Direito Constitucional - Decisões da Suprema Corte com Impacto na Justiça Eleitoral
8. Prática na Elaboração de Votos Judiciais Eleitorais	18. Tópicos Avançados em Processo Civil
9. Ações Cassatórias	19. Curso de Introdução a LIBRAS (220 servidores capacitados)
10. Cumprimento de Sentença e Execução Fiscal	20. Lei Geral de Proteção de Dados na Prática.

Os cursos acima foram relacionados considerando o critério de relevância em razão do tema ou do volume de servidores capacitados. Contudo, apenas para oportunizar análise desta Administração em critérios avaliativos distintos.

TODOS OS CURSOS QUE TRAMITARAM E FORAM GERENCIADOS PELA EJE-ES

- Acessibilidade em Espaços de Uso Público no Brasil	- IT Security Specialist
- Prática na Elaboração de Votos Judiciais Eleitorais	- Ivanti Endpoint Manager (EPM)
- Ações Cassatórias	- JasperReport, JasperStudion e JasperServer na Prática
- Administração de Servidores e Serviços de Rede	- Java Completo 2023 Programação Orientada a Objetos+Projetos
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Turma 2	- Java Primeiros Passos: Lógica de Programação e Algoritmos

- Algoritmos e Lógica de Programação 2023 - O Curso Completo	- Java 2022 Completo: Do Zero ao Profissional + Projetos !
- Algoritmos e Lógica de Programação do Básico ao Avançado	- Lei Geral de Proteção de Dados: Impactos na Justiça Eleitoral e Desafios à Sua Adequação
- Aplicando a Gestão de Riscos na Sua Empresa (ISO 31000)	- Lei Geral de Proteção de Dados na Prática
- Aprenda o Windows 10 do Zero	- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na Prática
- Aprenda Tudo Sobre o Linux! Completo e Atualizado V2023!	- LGPD e Eleições
- Arquitetura de Redes	- Liderança e Gestão de Equipes
- Atendimento ao Cidadão	- Liderança e Gestão de Pessoas Formação Completa + 5 Extras
- Banco de Dados SQL e NoSQL do Básico ao Avançado	- Liderança Officeless
- Básico ao Avançado - O Curso Completo de Macros e VBA Excel	- Manutenção de Computadores e Equipamentos de Informática
- BMP, BPMN e Modelagem de Processos com Bizagi	- Master Power BI - De A à Z
- Boas Práticas em Cibersegurança	- Método de Análise e de Solução de Problemas
- Bootcamp: Ataques Negação de Serviço (DoS e DDoS) Kali Linux	- Microsoft Teams
- C# Completo Programação Orientada a Objetos + Projetos	- Microsoft Excel - O Guia Completo + 3 Cursos Extras
- C# Curso Completo: Do Básico ao Avançado	- Microsoft Office Completo - Excel, Access e Word
- Cisco CCNA - Curso Completo de Segurança em Redes	- Microsoft PowerPoint Super Completo do Básico ao Avançado
- Como Falar Bem em Público e Fazer Boas Apresentações	- Mini-MBA Gestão de Projetos e Certificação PMP-2020
- Complete Linux Training With Troubleshooting Skills	- Modelagem de Dados UML (Análise & Projeto Orientado a Objetos)
- CompTIA Security+ (SYO-601) Complete Course & Exam	- No Dia a Dia da Empresa com o Office 365
- Consultoria em Auditoria	- Novas Competências Penais, Processo Penal Eleitoral e Setença Condenatória Penal
- Contratação Direta (Dispensa Manual, Dispensa Eletrônica Conforme a IN 67/2021 e Inexigibilidade) com Simulação Prática no Sistema do Comprasnet, com Sistema e Registro de Preços e Contratos Administrativos	- OKR Na Prática O Guia Completo + 3 Cursos Extras
- Crash Course Electronics and PCB Design	- Organização de Eventos, Protocolo e Cerimonial
- Criando Apresentações Dinâmicas e Interativas com PowerPoint	- Outlook Para Windows
- Crie Sites ASP.NET (Webforms) Utilizando C# e JavaScript	- OWASP Proactive Controls
- Cumprimento de Sentença e Execução Fiscal	- Pacote Office - Microsoft Office Essencial
- Curso Better PPT: Crie Apresentações PowerPoint que Arrasam	- Patote Office Básico E Avançado Com Macros E VBA
- Curso Completo de Banco de Dados Oracle SQL e PL/SQL	- Palestra Linguagem Cidadã
- Curso Constitucionalismo Multinível: O Direito à Diferença e os Desafios do Poder Judiciário no Combate à Discriminação	- Planejamento e Gestão de Projetos Completo + 5 Cursos Extras
- Curso de Averbacão de Tempo de Serviço Contribuição	- Power BI - Business Intelligence
- Curso de Conscientização em Segurança Cibernética - Parte 1	- Power BI - Do Básico Ao Avançado
- Curso de Conscientização em Segurança Cibernética - Parte 1 (Turma 2)	- Primeiros Passos do Linux - Conceitos e Principais Comandos
- Curso de Conscientização em Segurança Cibernética - Parte 2	- Processamento De Linguagem Natural Com Deep Learning
- Curso de Informática + Pacote Microsoft Office + Power BI	- Programa De Reciclagem Anual Para Técnicos Judiciários - Especialidade Política Judicial - TRT 17ª Região - Ano 2023
- Curso de Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal Jurisprudência dos Tribunais Superiores - STF, TCU e CNJ (Atualização do RJU - Lei Nº 8.112/90)	- Programa De Reciclagem Anual Para Técnicos Judiciários Especialidade Polícia Judicial Ano 2022
- Curso Design Gráfico Completo 10 Cursos do Zero ao Avançado	- Programa Líder Eficaz
- Curso Excel Completo do Básico ao Avançado	- Programa Liderança Para Resultado No Setor Público
- Curso Introdução à Audiodescrição de Imagens Estáticas	- Programa RH Estratégico Para O Setor Público
- Curso Java 2022 Completo: Do Zero ao Profissional + Projetos!	- Programa Completo Para Iniciantes
- Curso Online: Tesouro Gerencial Avançado	- Programação Em Java Do Básico Ao Avançado

- Curso Práticas no Uso das Ferramentas dos Ambientes de Preservação e Acesso Difusão Arquivísticos Archivemática e Atom	- Programação Para Leigos E Informática Do Básico Ao Avançado
- Curso sobre Questões Polêmicas de Aposentadorias e Pensões a Nova Previdência EC 103 2019 A Visão dos Tribunais Superiores CNJ TCU STF	- Programação Shell Script - Automatizando Rotinas No Linux
- Curso Vue JS2 - O Guia Completo (Incl. Vue Router & Vuex)	- Promoção Dos Direitos Da População Em Situação De Rua
- Desenvolve 5ª Edição	- Propaganda Política
- Desenvolvimento Seguro de Software Avançado	- Proteção De Dados Pessoais No Setor Público Geral
- Desenvolvimento Web Completo 2022 - 20 Cursos + 20 Projetos	- Provas No Processo Administrativo Disciplinar
- Design Estratégico e Gestão de Marcas	- Python For Beginners - Go From Java Python In 100 Steps
- DevOps Ninja: Docker, Kubernetes e Rancher	- Quasar V1: PWA (With Vue JS2, Firebase, NodeJS & Express)
- Direito Penal	- R Programming - R Language For Absolute Beginners
- Direito Processual Penal Eleitoral: Standard de Provas, Prisão e Cautelares	- RDC-ARQ-ARCHIVEMATICA E ATOM
- EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos - Ao Vivo pela Microsoft Teams	- Redes TCP/IP
- Encontro Nacional das Unidades de Planejamento	- Registro De Candidatura Nas Eleições De 2022
- Encontro Regional Sudeste - Belo Horizonte	- Seminário Constitucionalismo Multinível: O Direito À Diferença E Os Desafios Do Poder Judiciário No Combate À Discriminação
- Eneagrama - Apresente-se a Si Mesmo	- ServiceDesk E Inventário Com GLPI
- Ética e Serviço Público	- Sinal Vermelho Contra A Violência Doméstica
- Excel Análise de Dados e Big Data	- Soft Skills: The 11 Essential Career Soft Skills
- Excel Básico Avançado 5 Cursos - Formação Especialista	- Soft-Skills: Liderança De Alto Desempenho
- Formacao De Formadores Fofa TSE Nivel 1 Modulo 1	- Spring Boot Expert: JPA, RESTful API, Security, JWT E Mais
- Formação em Redes de Computadores - Módulo 1	- SQL Para Profissionais Analíticos
- Formação em Redes de Computadores - Módulo 3	- Total: CompTIA A+ Certification (220-1001)
- Formação em Redes de Computadores - Módulo 4	- Total: CompTIA A+ Certification (220-1002)
- Formação em Redes de Computadores Módulo 2	- Total: CompTIA A Network+ Certification (N10-007)
- Formação Microsoft Power BI Profissional	- Treinamento - Coleta Biométrica
- Formação Node.js	- Treinamento Da Solução F5 - Local Traffic Manager (LTM) E Advanced WAF (AWAF)
- Fundamentos de Ethical Hacking: Curso Prático	- Treinamento PJE - Módulo Avançado Para Cartórios
- Fundamentos de Segurança da Informação	- Treinamento PJE - Módulo Básico Para Cartórios
- Gerenciando Logs com Graylog	- Treinamento Sobre Sistema De Totalização
- Gestão Ágil com Scrum, Kanban e Nexus: O Guia Definitivo	- Treinamento Sobre Sistema De Totalização 2022
- Gestão de Conflitos para Equipes (Liderança e Gerenciamento)	- Treinamento Sobre Urnas Eletrônicas Eleições 2022
- Gestão de Projetos - Avançado	- VIII Congresso Brasileiro De Direito Eleitoral
- Gestão de Projetos com Agile & Scrum: O Guia Definitivo	- VIII Congresso Brasileiro Interdisciplinar De Fibrose Cística
- Gestão de Tempo - Como Aumentar Sua Produtividade	- Vue - The Complete Guide (Incl. Router & Composition API)
- Gestão do Conhecimento	- Vue JS 3: Composition API (With Pinia Firebase 9 & Vite)
- Gestão do Tempo, Organização, Produtividade e GTD	- Windows Server 2016 + PowerShell + Hyper-V Server + Cluster
- Gestão e Fiscalização de Contratos: Nova Lei de Licitações	- Windows Server 2019 Administration
- GraphQL: Criando APIs Profissionais e Flexíveis	- Workshop Teste De Integridade
- GT Mesários 2022	- XXII Curso Nacional De Atualização Em Pneumologia
- Hacking Para Iniciantes Com Kali Linux, Nmap E Metasploit	- XXII ETAQ-Encontro Nacional De Taquigrafia Parlamentar E Judiciária-2022
- How To Present Your Thoughts Smoothly, Clearly & Powerfully	- 1º Encontro Nacional De Gestores Do PJE

- I Fórum de Lideranças da Justiça Eleitoral	- 1º Fórum Nacional De Estatística Processual E Gestão Processual Eleitoral
- IFCI Expert Cybercrime Investigator's Course	- 14º Encontro Nacional Do Colégio De Ouvidores Da Justiça Eleitoral - 14º ECOJE
- II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário	- 40 Questões Polêmicas Das Contratações De Obras E Serviços De Engenharia - Novidades E Temas Fundamentais
- Impactos da LGPD na Justiça Eleitoral e nas Eleições de 2022: Lei Geral de Proteção de Dados - A Proteção de Dados Pessoais Como Direito Fundamental (EC N.º 115/2022)	- Curso Avançado em Prestação de Contas
- Introdução à Audiodescrição de Imagens Estáticas e Dinâmicas	- Direito Processual Penal Eleitoral: Standard de Provas
- Introdução à Libras	- Direito Penal Eleitoral
- Introdução à Lógica & Raciocínio Crítico	- Nova Lei de Improbidade e Reflexos no Registro de Candidatura
- Introduction To Security Awareness Campaigns	- Atualização em Direito Constitucional - Decisões da Suprema Corte com Impacto na Justiça Eleitoral
- ISO 27001: Construindo Políticas de Segurança da Informação	- Tópicos Avançados em Processo Civil
- ISO/IEC 27002: Information Security Controls	

assédio e discriminação, não.

A Campanha Nacional do CNJ em combate ao assédio moral é um **TEMA QUE EXIGE ENFRENTAMENTO E DISCUSSÃO CONTÍNUA.** Vamos unir forças para combater essa prática prejudicial e promover ambientes de trabalho mais saudáveis e respeitosos para todos!

assédio moral

Condutas abusivas e reiteradas que, independentemente de intencionalidade, atentam contra a dignidade do trabalhador, afetando as relações profissionais e o clima no trabalho. Pode ser configurado por exigências desnecessárias ou excessivas, discriminação, constrangimento, isolamento, difamação ou abalo psicológico.

discriminação no trabalho

É toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada em: ascendência nacional, Cor, Deficiência, Étnia, Gênero, Identidade e expressão de gênero, Idade, Opinião política, Orientação sexual, Origem social, Raça, Religião, Sexo.

O QUE A VÍTIMA DEVE FAZER

- Reunir prova como e-mails, mensagens ou testemunhas.
- Comunicar a situação ao setor responsável.
- Caso não surta efeito, procurar o sindicato profissional, o órgão representativo de classe ou a associação.
- Avaliar a possibilidade de ingressar com ação judicial de reparação de danos morais.

Logos: TSE-ES, CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, Comissão de Prevenção ao Assédio

Exemplos de algumas campanhas relevantes desenvolvidas.

Engajados na Campanha Nacional do CNJ de combate ao assédio moral.

RESPEITO não é uma opção!

O Espírito Santo leva a sério sua luta pelo respeito à diversidade de identidades de gênero como expressão da riqueza e complexidade humanas. Devemos celebrar e respeitar todas essas formas para construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

A violência política de gênero é crime!

Palestrante Convidada
RAQUEL BRANDINI
Procuradora da República e Secretária de função penal originária no STF

FÓRUM DE DEBATES
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA
Política de Gênero
NO ESPÍRITO SANTO

27/04/23 (quinta-feira)
17 Horas
Pleno/TRE-ES

Campanha #SerEleitor de incentivo ao voto dos jovens

DIA D

Alistamento eleitoral chegando em seu prazo final! Se você FEZ 16 anos ou vai completar até o dia da eleição, baixe o APP da Justiça Eleitoral e tire seu título de forma fácil, prático e sem enfrentar filas.

Já tem a oportunidade de exercer o direito de votar nas eleições gerais deste ano??? Realize o seu alistamento eleitoral!!! E lembre-se: o prazo é até o dia 04 de maio.

Aproveite essa oportunidade de exercer, de forma consciente, esse poder que lhe é facultado. Faça a diferença, exerça sua cidadania por um país melhor. O seu voto tem poder.

Tire seu título pela Internet:
<https://www.justicaeleitoral.jus.br/titulo-eleitoral/>

Logos: TSE-ES, MPES, MPF, OAB, Sinepe-ES

Importante debate sobre a violência política de gênero.



DIRETORIA GERAL

O Tribunal, durante o biênio 2022-2023, demonstrou um comprometimento notável com a promoção da acessibilidade e inclusão. Suas ações abrangentes incluíram a reestruturação da Secretaria do Tribunal para formar o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, conforme estabelecido pelas Resoluções 151 e 152/2021. Além disso, a modificação dos membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão evidencia a busca ativa por conformidade com normativas, destacando a responsabilidade institucional. A realização de uma campanha voltada para eleitores com mobilidade reduzida demonstra o empenho do tribunal em garantir a participação plena e acessível de todos os cidadãos no processo eleitoral. Essas iniciativas refletem um compromisso sólido com a inclusão e acessibilidade no âmbito do TRE-ES.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- *Atividades relacionadas à temática de Acessibilidade e Inclusão, realizadas no biênio 2022-2023*

As ações promovidas por este regional, no ano de 2022 e 2023, mostram a responsabilidade do TRE-ES em fomentar a implementação de planos, programas, projetos e ações voltados à promoção de acessibilidade e inclusão, e à oferta de suporte biopsicossocial e institucional à pessoa com deficiência.

- *A seguir, temos a descrição de cada ação promovida:*

Reestruturação da Secretaria do Tribunal, por meio das Resoluções 151 e 152/2021 com publicação no DJE em 01 de agosto de 2022, formalizando, portanto, a criação do Núcleo de Acessibili-

dade e Inclusão do Tribunal.

Alteração dos membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, por meio do Ato nº 328, de 12/08/2022, para atendimento ao artigo 25 da Resolução CNJ 401/2021, que determina que em sua composição haja servidores das áreas de acessibilidade e inclusão, sustentabilidade, gestão estratégica, engenharia ou arquitetura, gestão de pessoas e tecnologia da informação

Campanha de estímulo ao eleitor com mobilidade reduzida ou alguma necessidade especial, antes do fechamento de cadastro, para que faça a revisão de seus dados no Cartório Eleitoral, optando por uma seção com acessibilidade.

Obra para promover acessibilidade no edifício sede do TRE/ES, com instalação de duas plataformas de elevação para cadeirantes, substituição dos corrimãos da escadaria frontal, em atendimento às normas do município de Vitória relativas à acessibilidade, bem como marcação com piso tátil na referida escadaria e rampas adjacentes. (início: dez/2021 e término: julho/2022).

Aquisição de 1570 fones de ouvido, Pregão Eletrônico 11/2022 (0006669-65.2021.6.08.8000), para promoção da acessibilidade no atendimento aos eleitores com deficiência visual, nos locais de votação. O material foi totalmente disponibilizado aos cartórios eleitorais para uso nas eleições.

Continuidade da substituição dos bebedouros de pressão convencionais, utilizados para atendimento ao público nos Cartórios Eleitorais, com a troca de mais 4 desses equipamentos ao longo de 2022, por bebedouros conjugados, equipamentos mais acessíveis por também possibilitar o uso de crianças e cadeirantes.

Prorrogação de contratos firmados para manutenção preventiva em plataformas para acessibilidade nos cartórios da 23ª, 24ª, 34ª e 40ª ZE.

Inserção de cláusulas para promoção da acessibilidade nas contratações, como nos autos 0003141-86.2022.6.08.8000, que tratou de aluguel de imóvel para realização da Auditoria das Urnas Eletrônicas

Relatórios de Acessibilidade e Inclusão são produzidos anualmente pelo TRE/ES, acompanhando as ações realizadas na promoção da acessibilidade e inclusão, conforme estabelecido pelo art. II da Resolução TSE 23.381/2012 e pela Resolução CNJ 401/2021.



(“Votação Paralela”), em que foi solicitado imóvel com “acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Consulta ao Sistema ELO das Seções Eleitores com eleitores cegos para a distribuição efetiva de fones de ouvido - GT- Mesários

Divulgação de matérias com informações que promovam conscientização e/ou combatam formas de preconceito e discriminação, seja racial, de gênero, de saúde mental, ou outras e, dessa forma, possam promover inclusão. Divulgação também de matérias que promovam inclusão e reforcem atitudes de inclusão, por exemplo, como receber ou lidar de forma a ajudar e acolher colegas de trabalho com questões que envolvam saúde mental (depressão, ideação suicida, estresse); ou, outro exemplo, reforçar e valorizar conquistas de mulheres, como autoria de filmes, livros, poesias, mostrando o enfrentamento ao longo dos anos; indicação de filmes e literatura que evidenciam formas de discriminação e que também revelam conquistas, dentre outros.

Foi ofertado no âmbito deste Regional a ação de capacitação “ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS DE USO PÚBLICO NO BRASIL” no site da ENAP.

Solicitação de elaboração do projeto arquitetônico para o Centro de Memória observando-se a acessibilidade universal dos diferentes públicos, com eliminação de barreiras atitudinais, de comunicação e de acesso à informação, possibilitando, ainda, o acesso físico, sensorial e intelectual.

Utilização de “links responsivos” nos Informativos de Jurisprudência, responsáveis por facilitar a navegação intuitiva entre o sumário da publicação e os títulos das decisões constantes do texto.

Publicação do Ato nº 69, de 13/02/2023, incluindo cargo e lotação de cada integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, em atendimento à determinação do CNJ.

Participação do TRE-ES no projeto “Trilha de Aprendizagem sobre Acessibilidade e Inclusão” do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no espaço disponibilizado para compartilhamento e divulgação de Boas Práticas e de materiais educativos relacionados ao tema.

Capacitação em Libras, para todos os servidores do Tribunal, realizada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Contratação de empresa prestadora de serviços de interpretação/tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e Vice-Versa, para manifestações públicas realizadas ou promovidas pelo Tribunal.

Em andamento - Contratação de empresa prestadora de serviços de Audiodescrição e Legendagem, para manifestações públicas realizadas ou promovidas pelo Tribunal.

A divulgação de matérias que promovam conscientização e combatam preconceitos, incluindo questões raciais, de gênero e de saúde mental, é essencial. Destaca-se a importância de compartilhar informações que incentivem a inclusão no ambiente de trabalho, especialmente ao lidar com colegas que enfrentam desafios de saúde mental. Reconhece-se a necessidade de valorizar conquistas femininas, como autoria de filmes, livros e poesias, evidenciando a luta ao longo dos anos. A promoção de obras que abordam discriminação, revelando conquistas, é apontada como enriquecedora.

NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E ESTATÍSTICA

• Atividades relacionadas à temática de Sustentabilidade, realizadas no biênio 2022-2023:

Em 2022 foi criado o mural de sensibilização com dicas sobre o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, com o intuito de explanar a importância da adoção de uma postura socioambientalmente responsável. Foi realizada uma parceria entre os cartórios eleitorais e as cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou empresa recicladora de seu município, para o descarte de forma correta do papel utilizado durante as fases do processo eleitoral em 2022.

Acompanhamento dos indicadores do plano de logística sustentável: Consumo de energia elétrica (kWh) per capita, Consumo de água (m³) per capita, Número de usuários(as) por veículo, Consumo de copos descartáveis per capita, Gastos de transporte per capita, Gastos de papel per capita, Destinação de material para reciclagem em relação à força de trabalho total, Consumo de água envasada descartável per capita, Gastos de telefonia per capita, Quantidade de equipamentos de impressão per capita.

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo obteve o Índice de desempenho Sustentável (IDS) 71,7 ficando entre os 10 primeiros tribunais da Justiça Eleitoral, segundo o 7º balanço da sustentabilidade do poder judiciário, índice este que consiste em criar um indicador sintético que seja capaz de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, comparação objetiva entre os tribunais.



O jornalzinho “Mural da Sensibilização Socioambiental do TRE-ES” é afixado nos elevadores, fornecendo informações importantes para o cotidiano laboral na instituição.

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

• RAP - Eleições 2022



Realização da Reunião de Avaliação do Pleito - Eleições 2022, nos dias 27 e 28 de abril de 2023, com a participação de servidores dos Cartórios Eleitorais e da Sede, subdivididos em grupos temáticos de discussão (Fechamento do Cadastro, Mesários - Treinamento, Mesários - Convocação e Pagamento, Materiais de Eleição, Comunicação Interna e Prestação de Contas - Eleitorais e Anuais) e por fim, reunidos de maneira ampliada, objetivando a elaboração de propostas de melhorias para o processo eleitoral.



GESTÃO DE PESSOAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo destaca-se por sua abordagem inovadora e abrangente em áreas cruciais como técnicas previdenciárias, saúde, normas e regulamentos, bem como iniciativas voltadas à saúde e segurança no trabalho. As coordenadorias de Pessoal e Desenvolvimento e Governança, juntamente com unidades dedicadas ao Desenvolvimento Organizacional, Inovação, Governança e Valorização, refletem o compromisso da instituição com a excelência, a modernização e a valorização de seus colaboradores. Este resumo ressalta a amplitude e a diversidade das ações do tribunal para promover um ambiente de trabalho seguro, inovador e centrado nas pessoas.

COORDENADORIA TÉCNICA PREVIDENCIÁRIA E DE SAÚDE

I. EDIÇÃO DE NORMAS E REGULAMENTOS

Licença Paternidade, Adotante e prorrogação da Licença Gestante: A CTPS elaborou instrução e minuta de ato para alteração do Ato nº 59/2020, que culminou com a publicação, em maio de 2022, do Ato nº 166/2023, para regulamentar a situação do início da contagem da licença paternidade.

Modelo de Gestão de Atividades (MGA): Em atendimento à solicitação da administração foram encaminhadas minutas dos atos que materializaram o retorno das atividades dos servidores de forma exclusivamente presencial, conforme Ato nº 194/2023 e alteração da Resolução TRE-ES nº 266/2020, por meio da publicação da Resolução 32/20233.

Reajuste da Tabela do Programa de Reembolso de despesas médicas: realização de estudos que resultaram na aprovação do Ato nº 507/2022, que autorizou o reajuste da tabela que fixa os limites

máximos do reembolso de despesa médica/odontológica por faixa etária com efeitos retroativos a janeiro de 2022.

II. AÇÕES INOVADORAS

• 1. *Implementação do Sistema eletrônico de Recadastramento de Inativos e Pensionistas*

O procedimento de recadastramento de inativos e pensionistas, diferentemente dos ativos, é composto de duas etapas concomitantes, uma relacionada à atualização cadastral e à averiguação de impedimentos e proibições legais, e a outra relacionada à certificação de vida do servidor. Para a primeira finalidade, foi implementada, de forma integral, após projeto-piloto de 2021, uma ferramenta que permitiu, de maneira inovadora, que os servidores inativos e os pensionistas realizassem com êxito o recadastramento por meio do portal SGPNET.

O recadastramento de inativos e pensionistas consiste em duas etapas: uma atualização cadastral inovadora no portal SGPNET e uma 'prova de vida' segura e ágil por meio da plataforma 'gov.br', fruto de uma parceria pioneira com o Ministério da Economia.

Para segunda finalidade, foi firmado acordo com o Ministério da Economia que permitiu, de maneira pioneira dentro dos Órgãos que compõem o Poder Judiciário da União - PJU, o acesso a umas das ferramentas tecnológicas mais modernas para realização da “prova de vida”: o uso da plataforma de serviços “gov.br” do Governo Federal. A aplicação permite, com o uso de celular ou outro dispositivo com identificação biométrica e níveis mínimos de acesso ao cadastro, que o inativo e o pensionista realizem, por meio do reconhecimento facial, a operação de maneira segura e ágil.

• 2. *Sistema eletrônico de simulação de aposentadoria*

Em parceria da SEPREV/CTPS/SGP com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-ES, foi desenvolvido um sistema de simulação de aposentadoria, que coleta dados eletrônicos dos registros funcionais dos servidores e apresenta relatórios com datas prováveis de aposentadoria em cada regra vigente. Existe a previsão concreta de que ainda neste semestre os servidores em geral possam realizar simulações individuais por meio de um módulo chamado “Previdência”.

III. AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Em atendimento à Resolução CNJ nº 207/2015, o TRE adotou medidas para promover a saúde e segurança no biênio 2022-2023, incluindo políticas de Saúde e Segurança do Trabalho, visitas presenciais para avaliação ergonômica e campanhas educativas sobre postura, alongamento, ergonomia e saúde mental.

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacamos as principais medidas adotadas com a finalidade de reduzir e/ou eliminar os riscos decorrentes do ambiente, do processo e das condições de trabalho e dos hábitos de vida, e de propiciar que estes ambientes, processo e condições contribuam para a saúde da força de trabalho deste TRE no biênio 2022-2023:

Implantação de política de Saúde e Segurança do Tra-

balho visando à prevenção e à preservação da saúde de toda força de trabalho, antecipando e reconhecendo doenças ocupacionais, bem como propondo medidas para redução do absenteísmo e da melhoria da qualidade de vida, além de propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção de riscos no ambiente laboral, a fim de proporcionar as condições adequadas para um ambiente de trabalho seguro, com contratações específicas e elaboração de programas e laudos, tais como o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) mediante a constituição do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR), o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Realização de exames ocupacionais (ASOS) e Análise Ergonômica do Trabalho;

Realização, com supervisão da SASST/CTPS/SGP, de visitas presenciais em todos os locais de trabalho deste TRE para avaliação das condições ambientais de trabalho bem como para avaliação ergonômica ocupacional;

Desenvolvimento de campanhas de educação postural no local de trabalho, alongamento, Capacitação em Ergonomia, Palestras sobre Saúde Mental e sobre Prevenção de Riscos no ambiente laboral.

COORDENADORIA DE PESSOAL

• *Seção de Controle de Autoridades, Oficiais de Justiça e Requisitados em Zonas Eleitorais (SCAOR)*

Inspeção Virtual da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral: objeto do Processo de Correição nº 0000011-33.2022.2.00.06.00 – PjeCor; fornecimento de informações e dados solicitados pela CGE, relativamente às matérias Exercício da Jurisdição Eleitoral no Primeiro Grau e Requisições de Servidoras e Servidores para as Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Procedimentos relativos à prorrogação, para 30/06/2025, dos prazos de requisição dos servidores à disposição das Zonas Eleitorais, que se encerrariam neste ano de 2023, conforme a Resolução TSE nº 23.720/2023: lançamento dos registros pertinentes no Módulo de Requisição do Acesso Cliente, bem como elaboração de Minuta para atualização da Resolução PRE-TRE/ES nº 92/2017, que regula o tema no âmbito do TRE/ES - tendo sido publicada, no DJE-ES de 11/07/2023, a Resolução PRE-TRE/ES nº 34/2023.

• *Seção de Pagamento de Autoridades, Oficiais de Justiça, Requisitados, Estagiários e de Benefícios (SPAUT)*

Cadastro da Declaração de Escolaridade para dependente que seja estudante de nível superior com idade superior a 21 e inferior a 25 anos e suas finalidades em Módulo do SGRH;

Levantamento de dados relativos a benefícios e reembolso de despesas médicas para atualização das planilhas do SIGEPRO; Análise dos comprovantes das despesas médicas enviados pelos servidores e cadastradas no SGPNet para geração de planilha com valores a serem reembolsados; Envio de planilhas para publicação pela Unidade competente, do Anexo IV-H, no Portal Transparência.

Abordagem sobre a Inspeção Virtual da Corregedoria-Geral, destacando a prorrogação dos prazos de requisição de servidores até 30/06/2025. Concentrou-se no cadastro de declarações de escolaridade e no levantamento de dados para benefícios e reembolso de despesas médicas.

- **Seção de Pagamento de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas (SPSERV)**

Propositura, em conjunto com a SEPREV, de desenvolvimento de Sistema para Simulação de Aposentadoria, sendo o foco desta Unidade a montagem da base com o histórico, mês a mês, das remunerações de contribuição, de julho/1994 – ou a partir do ingresso do servidor em questão - em diante, bem como o efetivo cálculo considerando os fundamentos determinados pela referida Seção;

Identificação da necessidade de relatórios (que passaram a ser gerados a partir de scripts desenvolvidos pela STI), a fim de otimizar procedimentos referentes ao envio mensal dos eventos do eSocial, bem como ao preenchimento mensal de planilhas da Captação de Pessoal no SIGEPRO - sistema administrado pelo TSE.

Desenvolvimento de um Sistema para Simulação de Aposentadoria, focando na montagem da base histórica das remunerações desde julho/1994. Realização da parametrização do SGRH para se adequar à nova estrutura da Secretaria do Tribunal, regulamentou as autorizações de acesso à DIRPF e assumiu o gerenciamento do Sistema Recadastrado/SGPNET, em decorrência da reestruturação organizacional.

- **Seção de Registros Funcionais e de Frequência (SRFF)**

Parametrização de módulos do SGRH para sua adequação à nova estrutura da Secretaria do Tribunal: ajustes dos registros nos módulos pertinentes do SGRH para abrigar os cargos comissionados e funções comissionadas da Secretaria do Tribunal, decorrentes da reestruturação da Secretaria do Tribunal (autos SEI [0003808-09.2021.6.08.8000]).

Nova regulamentação das autorizações de acesso à DIRPF de autoridades e servidores: atendendo ao indicado pela Administração, foi providenciada nova regulamentação (Ato PRE-TRE/ES nº 220/2023) da entrega das autorizações de acesso às Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF das autoridades e servidores a que se referem a Lei nº 8.730/1993 e a Instrução Normativa TCU nº 87/2020 (autos SEI 0006117-03.2021.6.08.8000).

Assunção do gerenciamento do Sistema Recadastrado/SGPNET: os procedimentos envolvidos na atualização periódica (anual) de dados cadastrais dos servidores passaram a ser atribuídos à SRFF em decorrência da reestruturação organizacional.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA

- **Seção de Gestão de Desempenho**

- **Estágio Probatório - consiste em:**

Acompanhamento do desempenho dos servidores em estágio probatório, por meio da análise das avaliações realizadas pelos servidores (autoavaliação) e por suas respectivas chefias imediatas (Avaliação Gerencial);

Acompanhamento sistemático das avaliações de estágio dos servidores;

Instrução de processos de estágio probatório;

Verificação das condições para aprovação no estágio probatório;

Elaboração de Portaria de Homologação do estágio probatório;

Publicação no DJEES da Portaria de Homologação;

Elaboração de Termo de Concessão de Estabilidade;

Elaboração de diversos demonstrativos para o TSE e para o CNJ, com a relação de servidores estáveis e não estáveis e preenchimento desses dados no Módulo Progressão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.

Foram realizadas no ano de 2022: 08 (oito) avaliações; 01 (uma) homologação do resultado final do estágio probatório; e 01 (um) “Termo de Reconhecimento de Estabilidade”.

E no ano de 2023 está previsto para ocorrer até o final do exercício: 05 (cinco) avaliações; e 02 (duas) homologações do resultado final do estágio probatório; e 01 (um) “Termo de Reconhecimento de Estabilidade”.

• **Desenvolvimento na carreira - consiste em:**

Acompanhamento do desempenho dos servidores sujeitos à movimentação na carreira, por meio da análise das avaliações realizadas pelos servidores (autoavaliação) e por suas respectivas chefias imediatas (avaliação gerencial);

Processamento de melhorias funcionais, revisões e alterações dos respectivos atos, providenciando as respectivas publicações; Registro das movimentações na carreira no Módulo Progressão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH;

Elaboração de memorandos para a Coordenadoria de folha de pagamento com as progressões dos servidores publicadas no DJE;

Elaboração de diversos demonstrativos para o TSE e para o CNJ, com a relação de servidores distribuída por cargo, classe e padrão do cargo ocupado pelo servidor. Instrução de processos de desenvolvimento na carreira em que foram realizadas no ano de 2022:

90 (noventa) avaliações de desempenho; 88 (oitenta e oito) movimentações na carreira (progressão/promoção).

E no ano de 2023 está previsto para ocorrer até o final do exercício: 83 (oitenta e três) avaliações de desempenho; e 82 (oitenta e duas) movimentações na carreira (progressão/promoção).

Gerenciamos desempenho e movimentação na carreira, processando melhorias, registrando no Módulo Progressão do SGRH e elaborando documentos para TSE e CNJ. Em 2022, ocorreram 90 avaliações e 88 movimentações; em 2023, prevemos 83 avaliações e 82 movimentações. Na redistribuição de cargos, contatos e análises resultaram em 02 redistribuições em 2022 e 01 até o momento em 2023.

• **Redistribuição de cargos - consiste em:**

Contato com os órgãos envolvidos para verificação de interesse nas redistribuições pleiteadas;

Solicitação de documentos dos servidores envolvidos;

Análise do preenchimento de requisitos legais e da documentação encaminhada;

Elaboração de pareceres e minutas de ofícios e de portarias;

Publicação no Diário Oficial da União das portarias de redistribuição;

Comunicação aos setores competentes;

Recebimento de acervo funcional e distribuição para unidades, bem como recolhimento de

acervo de servidor do órgão e remessa para órgão de destino.

Instrução dos processos de redistribuição: Em 2022 foram publicadas 02 (duas) redistribuições. E em 2023, também foi publicada até o momento 01 (uma) redistribuição.

• **Remoção de Servidores - consiste em:**

Contato com os órgãos envolvidos para verificação de interesse nas remoções pleiteadas;

Contato com os órgãos envolvidos quanto a remoção independe do interesse da Administração para informações sobre lotação de destino do servidor;

Análise do preenchimento de requisitos legais e da documentação encaminhada;

Elaboração de pareceres e minutas de ofícios e de portarias;

Publicação no Diário de Justiça Eletrônico das portarias de remoção;

Comunicação aos órgão e unidades competentes;

Instrução dos processos de remoção de servidores.

Em 2022, foram realizadas 12 (doze) remoções; e em 2023, até o momento, foram realizadas 03 (três) remoções, conforme discriminação abaixo:

Remoção de Ofício: foi realizada 01 (uma) remoção de ofício no ano de 2023;

Remoção por permuta: Foi realizada 03 (três) remoções por permuta em 2022 e 02 (duas) remoções por permuta em 2023;

Remoção em virtude de Concursos de Remoção: Foram publicadas no ano de 2022, 09 (nove) remoções, sendo 06 (seis) para o cargo de Analista Judiciário e 03 (três) para o cargo de Técnico Judiciário. E em 2023 não teve nenhuma remoção por concurso de remoção até o momento.

• **Remanejamento de cargos - consiste em:**

Verificação/Atendimento de necessidade de remanejamento de cargo para equilíbrio de força de trabalho;

Instrução processual;

Elaboração e publicação de Ato de remanejamento.

Em 2022, não foram feitos os remanejamentos. Em 2023, remanejamento de 01 (um) cargo de Técnico Judiciário da 25ª Zona Eleitoral para a Sede do TRE-ES.

• **Avaliação Anual de Competências - consiste em:**

Revisão de Competências;

Atualização do Sistema de Avaliação de Competências;

Divulgação do Ciclo Anual de Avaliação de Competências;

Gerenciamos remoções por contato e análise de interesse, elaboramos pareceres e minutas, publicamos portarias no Diário de Justiça Eletrônico, comunicamos órgãos competentes e instruímos processos de remoção. Em 2022, ocorreram 12 remoções, enquanto em 2023 já foram realizadas 03, incluindo remoções de ofício, por permuta e em virtude de concursos de remoção.

Saneamento de dúvidas;

Acompanhamento dos servidores que estão preenchendo e dos que não estão preenchendo o ciclo de avaliação de competências;

Elaboração de relatório.

Em 2022 foi feito o 7º Ciclo de Avaliação de Competências e em 2023 foi feito o 8º Ciclo de Avaliação de Competências.

- ***Programa de Estágio de Estudantes - consiste em:***

Instrução de processos de contratação de estudantes;

Instrução de processos de prorrogação de contratos de estudantes;

Instrução de processos de pagamento mensais de Auxílio-Bolsa e Auxílio-Transporte de Estágio, bem como os demais pagamentos pertinentes ao tema estágio, como indenização de recesso não usufruído por pedido de desligamento antecipado.

Instrução de demais processos oriundos do Programa de Estágio, como de criação de vagas de estágio, análise de pertinência de criação de vagas de estágio em face da regulamentação interna do TRE-ES, dentre outros;

Elaboração de Termos de Realização de Estágio nos casos de desligamento de estagiário, indicando de forma resumida as atividades desenvolvidas, os períodos e a avaliação de desempenho, bem como elaboração de outras declarações, a pedido do estudante, como declaração de atividades e de remuneração;

Controle de inclusão e exclusão de estagiários e respectivo comunicado às Instituições de Ensino sobre os desligamentos antecipados de estágio de seus estudantes;

Acompanhamento e conferência do desempenho e das atividades desenvolvidas pelos estagiários;

Elaboração de Estudo Técnico e Termo de referência para contratação de Agente de Integração e Empresa de Medicina do Trabalho e Segurança;

Análise e teste do SGE em todas as suas versões.

Em 2022, foram realizadas 15 (quinze) contratações de estágio e 30 (trinta) desligamentos. Em 2023, até o presente momento, foram realizadas 27 (vinte e sete) contratações de estagiários e 17 (dezesete) desligamentos.

O Programa de Estágio de Estudantes envolve a instrução de processos de contratação, prorrogação e pagamentos, além da análise e gestão de diversos processos relacionados ao estágio, incluindo a elaboração de Termos de Realização, controle de inclusão e exclusão de estagiários, acompanhamento de desempenho e atividades, e a elaboração de estudos técnicos. Em 2022, houve 15 contratações e 30 desligamentos, enquanto em 2023 já ocorreram 27 contratações e 17 desligamentos até o momento.

- ***Fixação dos valores de Bolsa Estágio, de Auxílio -transporte e das jornadas de estágio - consiste em:***

Pesquisa de mercado para verificação dos valores praticados pelos demais órgãos;

Elaboração de cálculo de impacto financeiro;

Elaboração de minuta de Portaria da Diretoria-Geral e respectiva publicação;

Divulgação.

Em 2022, foi elaborada minuta de Portaria da Diretoria-Geral, fixando em R\$ 8,40 (oito reais, quarenta centavos) o valor diário de Auxílio-Transporte, formalizada mediante publicação da Portaria nº 20/2022. Em 2023, foi elaborada minuta de Portaria da Diretoria-Geral, fixando em R\$ 9,00 (nove reais) o valor diário de Auxílio-Transporte, formalizada mediante publicação da Portaria nº 24/2023, e foi elaborada minuta de Portaria da Diretoria-Geral, reajustando o valor do Auxílio-Bolsa de Estágio por meio da Portaria 452/2023, passando a bolsa de R\$ 850,00 para R\$970,00 para estágio de 20 horas semanais e de R\$ 900,00 para R\$ 1.100,00 para estágio de 25 horas semanais.

• **Processo Seletivo Público para a contratação de estagiários - consiste em:**

Instrução do processo administrativo da Seleção de Estagiários;

Tratativas com o Agente de Integração de Estágio para definição de procedimentos, datas, e forma de aplicação;

Elaboração de minuta de Comunicado de Processo Seletivo de Estagiários;

Divulgação do Comunicado após assinatura e fiscalização da divulgação por parte do Agente de Integração;

Conferência da ordem de classificação dos aprovados;

Submissão da Administração para homologação do resultado final;

Divulgação do Resultado final por parte da SGD e do Agente de Integração de Estágio.

Em 2022, foi realizado em âmbito estadual Processo Seletivo Comunicado 01/2022, com validade de 01 (um) ano e 06 (seis) meses. Em 2023, está em processo de elaboração Processo Seletivo Comunicado 01/2023, com validade de 01 (um) ano.

• **Agente de Integração de estágio - consiste em:**

Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) para a contratação e prorrogação de contrato de Agente de Integração de Estágio;

Reuniões com setores competentes para avaliação do teor do ETP e do TR;

Pesquisa de mercado;

Instrução processual;

Conferência e atesto das faturas de cobrança emitidas pelo agente de integração e, atestada a regularidade, posterior envio para a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para o respectivo procedimento de pagamento;

“Gerenciamos valores e jornadas de estágio, realizando pesquisa de mercado, cálculos financeiros, elaboração de portarias e divulgação. Em 2022, estabelecemos o Auxílio-Transporte pela Portaria nº 20/2022. Em 2023, a Portaria nº 24/2023 definiu novo valor para o Auxílio-Transporte e a Portaria 452/2023 reajustou a Bolsa Estágio. No Processo Seletivo, instruímos, negociamos com o Agente de Integração, elaboramos comunicados e divulgamos resultados. Em 2022, realizamos o Comunicado 01/2022, com validade de 01 ano e 06 meses. Em 2023, elaboramos o Comunicado 01/2023, com validade de 01 ano. Quanto ao Agente de Integração, realizamos termo aditivo em 2022 e iniciamos o Estudo Técnico Preliminar para contratação do CIDE em 2023.”

Acompanhamento da Gestão do contrato e elaboração de relatório circunstanciado sobre o acompanhamento contratual no respectivo “Livro de Registro Próprio”.

Em 2022, foi realizado termo aditivo para prorrogação por mais 01 (um) ano da contratação da Universidade Patativa do Assaré Ltda. Foi alterado por meio da Apostila nº 02/2020, no qual o valor unitário por estudante cobrado pelo agente de integração passou para R\$ 13,43 (treze reais, quarenta e três centavos).

Em 2023, foi iniciado Estudo Técnico Preliminar para realização de processo licitatório para contratação de novo Agente de Integração, cuja licitação resultou na contratação do CIDE - Capacitação, Inserção e Desenvolvimento para administrar o Programa de Estágio a partir de 01/07/2023, com vigência de 01 (um) ano, com a migração de 33 (trinta e três) estudantes, bem como do Cadastro de Reserva proveniente do Comunicado nº 01/2022, que foi migrado da Super Estágios Ltda, sendo cobrado por estagiário pelo novo agente de integração o valor unitário de R\$ 14,00 (quatorze reais).

• **Empresa de Medicina do Trabalho - consiste em:**

Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) para a contratação e prorrogação de contrato de Empresa de Medicina do Trabalho para emissão de ASO;

Reuniões com setores competentes para avaliação do teor do ETP e do TR;

Pesquisa de mercado;

Instrução processual;

Conferência e atesto das faturas de cobrança emitidas pela Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho Ltda e, atestada a regularidade, posterior envio para a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para o respectivo procedimento de pagamento;

Acompanhamento da Gestão do contrato e elaboração de relatório circunstanciado sobre o acompanhamento contratual no respectivo “Livro de Registro Próprio”.

Em 2022, foi realizado termo aditivo para prorrogação por mais 01 (um) ano da contratação da MEDTRAB Medicina e Segurança do trabalho Ltda. Foi aditivado com término da vigência em 16/11/2023. Em 2023 os ASOS serão realizados por meio da empresa Santos e Freitas Engenharia e Medicina Ocupacional Ltda, contratada por meio de processo de Licitação realizada pela Seção de Assistência à Saúde e Segurança do Trabalho (SASST).

Na gestão da Empresa de Medicina do Trabalho, elaboramos estudos técnicos, conduzimos reuniões, pesquisas e instrução processual. Em 2022, prorrogamos o contrato com a MEDTRAB até novembro de 2023. Em 2023, os ASOs são realizados pela Santos e Freitas Engenharia e Medicina Ocupacional Ltda. Foram realizados exames admissionais e demissionais em ambos os anos.

Em 2022 foram realizados 13 (treze) Exames Admissionais e 20 (vinte) Exames Demissionais. E em 2023, até a presente data, foram realizados 33 (trinta e três) Exames Admissionais e 12 (doze) Exames Demissionais.

• **Semana do Servidor - consiste em:**

Reuniões com os integrantes do Grupo de Trabalho da Semana do Servidor;

Reuniões com os integrantes do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;

Definição de Ações para a Semana do Servidor;
Elaboração de solicitação de autorização;
Divulgação do evento;
Inscrições de interessados;
Coordenação de cada ação do evento;
Condução das apresentações das ações do evento;
Elaboração de relatório final.

Em 2022, foram desenvolvidas diversas atividades para promover qualidade de vida no trabalho, baseado no Plano de Ação do PQVT, dentre elas, tem-se a Semana do Servidor do TRE-ES, que prever as seguintes atividades: Evento Reconhecer, Palestra, Jogos online, Ação Solidária, Talentos da Casa, Oficina de Autoconhecimento e Perfil Comportamental, Confraternização.

Em 2023, foram desenvolvidas diversas atividades para promover qualidade de vida no trabalho, baseado no Plano de Ação do PQVT, dentre elas, tem-se a Semana do Servidor do TRE-ES, que prever as seguintes atividades: Evento Reconhecer, Palestra, Jogos online, Ação Solidária, Talentos da Casa, Oficina de Dança, Caminhada, CINE TRE.

• ***Eleições - consiste em:***

auxílio às Zonas Eleitorais no fechamento do cadastro de eleitores;

auxílio às Zonas Eleitorais nas atividades vésperas/durante a realização do 1º e 2º Turno das Eleições.

Em 2022, apoio operacional nas eleições de 2022, atuando nos cartórios eleitorais nos de fechamento de cadastro de eleitores e no período das eleições. Em 2023, não houve Eleições (ano não eleitoral).

• ***Atendimento ao Público - consiste em:***

Atendimento ao público interno e externo, prestando informações relativas às atividades inerentes a esta SGD/CODEG.

3.2 SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

• ***Capacitações***

As demandas para capacitação foram baseadas prioritariamente no Plano de Capacitação, previsto para o exercício 2022-2023, elaborado com base no resultado da revisão de Competências realizado por este Tribunal, constituindo um instrumento para o desenvolvimento das competências individuais dentro das unidades do TRE/ES, considerando a realização de eventos de capacitação na modalidade aberto, fechado, EAD, congressos, seminários, fóruns, simpósios, entre outros.

Importa constar que, em razão da reestruturação administrativa das unidades da sede, imple-

Na Semana do Servidor, coordenamos ações como o Evento Reconhecer, Palestras, Jogos online, Ação Solidária, Talentos da Casa, Oficina de Autoconhecimento, Perfil Comportamental, Confraternização, Dança, Caminhada e CINE TRE, promovendo qualidade de vida. Nas Eleições de 2022, oferecemos apoio operacional nas atividades eleitorais. No Atendimento ao Público, fornecemos informações para público interno e externo. Em 2023, não houve Eleições (ano não eleitoral).

mentada em agosto de 2022, as ações relativas à capacitação, assim consideradas a contratação e oferta de cursos, a concessão de adicional de qualificação, a concessão de auxílio bolsa de estudos, passaram para as atribuições da Escola Judiciária Eleitoral – EJE de fato no exercício de 2023, de modo que a EJE e SDO trabalharam de forma integrada esses temas no exercício de 2022.

• **Eventos e Treinamentos apoiados - Processo Eleitoral**

Consiste em treinamentos realizados por unidades diversas da sede, na temática de eleição, em que a unidade prestou apoio logístico consistente em divulgação, recebimento de inscrições, solicitação de pagamento de diárias e análise de requerimentos de indenização de transporte e combustível.

Número de treinamentos:

2022 - 03, sendo eles: Sistema de Totalização, Urnas Eletrônicas e GT-Mesários.

2023 - 01, sendo a Reunião de Avaliação do Pleito - RAP

Número de servidores de cartório participantes:

2022 - 102

2023 (até outubro) - 38

Eventos apoiados - Temas diversos

Consiste em eventos realizados por unidades diversas da sede, exceto os voltados para a eleição, em que a unidade prestou apoio logístico consistente na solicitação de pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

2022 - não houve

2023 - 02, sendo eles “Projeto Laboratório de Inovações - Bussiness Intelligence” e “Fóruns de Discussão sobre Violência Política de Gênero”.

Eventos externos

Consiste em eventos realizados por outros Tribunais, órgãos ou entidades, para os quais a unidade providenciou a participação dos servidores, juízes e membros autorizados, através de inscrição, solicitação de pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

Número de eventos:

2022 - 60

2023 - 52

Número de servidores, membros e juízes que participaram de eventos:

2022 - 47

2023 - 51

Número de eventos divulgados:

Na área de capacitação, as ações foram direcionadas pelo Plano de Capacitação 2022-2023, alinhado às revisões de competências do Tribunal. Com a reestruturação em 2022, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) assumiu as responsabilidades relacionadas à capacitação em 2023. A unidade também apoiou treinamentos eleitorais, eventos sobre temas diversos e participação em eventos externos, proporcionando suporte logístico e administração de recursos para garantir a eficácia das iniciativas.

Consiste em eventos promovidos por Tribunais Eleitorais ou outros órgãos, cuja divulgação interna aos servidores e/ou magistrados/membros foi solicitada.

2022 - 23

2023 - 16

• *Dimensionamento da Força de Trabalho*

Consiste nas providências preparatórias do ciclo (elaboração de cronograma, atualização de entregas, reunião de apresentação), no acompanhamento mensal dos lançamentos (solução de dúvidas dos gestores e conferência dos relatórios mensais) e fechamento do ciclo (conferência dos lançamentos, cálculo e apresentação dos resultados).

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - 1 ciclo realizado nos cartórios

2023 - 1 ciclo em realização nos cartórios e 1 outro na secretaria

• *Ocupações Críticas*

Consiste nas providências preparatórias do ciclo (elaboração de cronograma, atualização das planilhas de entregas, reunião de apresentação), no acompanhamento dos lançamentos (solução de dúvidas dos gestores) e fechamento do ciclo (conferência dos lançamentos, apresentação dos resultados, identificação de soluções).

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - 0

2023 - 1 ciclo realizado na secretaria

• *Remanejamento de cargos*

Consiste em verificar e atender necessidade de remanejamento de cargo para equilíbrio de força de trabalho, instruindo o processo e fazendo publicar o respectivo ato de remanejamento.

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - não houve

2023 - 01 cargo de Analista Judiciário (32ª ZE para a 41ª ZE) e 01 cargo de Técnico Judiciário (25ª ZE para a secretaria). Encontra-se em instrução o remanejamento de 02 cargos de Técnico Judiciário.

A gestão da força de trabalho, incluindo o dimensionamento, ocupações críticas e remanejamento de cargos, tornou-se responsabilidade desta unidade a partir de agosto de 2022, após a reestruturação administrativa. Em 2022, realizou-se um ciclo nos cartórios, enquanto em 2023 está em andamento um ciclo nos cartórios e outro na secretaria. Quanto às ocupações críticas, em 2022 não houve, mas em 2023 já ocorreu um ciclo na secretaria. Quanto ao remanejamento de cargos, em 2022 não houve, enquanto em 2023 realizou-se um remanejamento e está em andamento o processo de remanejamento de dois cargos de Técnico Judiciário.

- **Concurso de Remoção**

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - não houve

2023 - estão em andamento concurso de remoção de Analista Judiciário (Edital nº 2125/2023) e Técnico Judiciário (Edital nº 2182/2023).

- **Redistribuição de cargos**

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - não houve

2023 - redistribuído 01 cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária em reciprocidade com 01 cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa do TRE/SP.

Ressaltamos que foram instaurados outros requerimentos de redistribuição, contudo, foram apresentadas apenas a que teve êxito.

- **Permutas internas**

Esta atribuição passou a constar do rol desta unidade a partir de agosto de 2022, em virtude da reestruturação administrativa das unidades da sede.

2022 - foram efetivadas 03 permutas (Atos 331, 351 e 510)

2023 - não houve

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

- **I. No tocante à Inovação:**

1.1. Elaboração de estudos e memorandos com sugestões de projetos na área de gestão de pessoas como Programa de Desenvolvimento de Servidores, por etapas anuais, com base no processo de Autocognhecimento, utilizando para tanto treinamento/capacitação em áreas específicas do desenvolvimento humano (Comportamental/Mental-Cognitivo/Emocional), visando o aprimoramento de competências desejadas para os servidores.

1.2. Elaboração de estudos e memorandos sobre projetos para aperfeiçoar a gestão e os serviços prestados pelo Tribunal com a indicação de plataformas de gestão e sistemas específicos de Recursos Humanos como Gestão por Competências, Pesquisa de Clima Organizacional e Plano de Desenvolvimento Individual.

1.3. Elaboração de estudos e memorandos sobre projetos para criação da Universidade Corporativa dentro do TRE-ES para gestão do conhecimento dentro do tribunal e armazenamento e otimização de dados e informações internas, bem como material de apoio a cursos, palestras e programas de treinamento institucional.

A unidade, incluída em agosto de 2022 devido à reestruturação administrativa, conduziu o concurso de remoção em 2023 para Analista Judiciário e Técnico Judiciário. Quanto à redistribuição de cargos, em 2023 ocorreu a redistribuição de um cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária. No que diz respeito às permutas internas, em 2022 foram realizadas três permutas (Atos 331, 351 e 510), enquanto em 2023 não houve registros de permutas.

1.4. Elaboração de painéis em Power BI para acompanhamento e visualização de dados em tempo real sobre servidores, estagiários, magistrados e informações gerais sobre indicadores de pessoas.

• **2. No tocante à Governança:**

2.1. Análise e elaboração de índices de Absenteísmo, Turn Over e Recrutamento e Seleção de servidores do Tribunal.

2.2. Análise, acompanhamento e relatório sobre sistemas e programas de Gestão de Pessoas como DFT, Gestão por Competências, Ocupações Críticas e outros.

2.3. Apoio a outras unidades da SGP e Tribunal para aperfeiçoamento da gestão e governança de pessoas como interação com políticas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, prêmio CNJ de Qualidade, entre outros.

2.4. Elaboração de painéis em Power BI para demonstração de dados em tempo real sobre servidores, estagiários, magistrados e informações gerais sobre indicadores de pessoas.

NÚCLEO DE VALORIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

• **1. Ações sociais: realização de ações sociais/campanhas solidárias, tais como:**

Campanha natalina com entrega de cestas natalinas e outros aos (às) terceirizados(as) do Tribunal;

Projeto Casa Legal em Cariacica, da Fundação Fé e Alegria, com entrega de brinquedos, alimentos e materiais de higiene a crianças e famílias carentes da comunidade de Cariacica;

Campanha do Agasalho, beneficiando duas Instituições: Instituição CASA FRATERNIDADE E ORAÇÃO, localizada em Vila Velha, que acolhe e acompanha crianças e adolescentes carentes sem apoio familiar e Instituição GRUPO FRATERNIDADE ESPÍRITA JERÔNIMO RIBEIRO, no Centro de Vila Velha, que atende a famílias carentes da região;

Ação social em prol de uma colaboradora terceirizada, que laborou por cerca de 11 anos neste Tribunal, mas que, infelizmente, parou de trabalhar conosco em razão de estado muito delicado de saúde de câncer avançado. A campanha solidária teve o objetivo de arrecadar valores a fim de custear a compra de fraldas geriátricas e outras necessidades da colega;

Ação solidária às crianças da Comunidade Epifania, em Vila Velha.

• **2. Campanhas gerais:**

Campanha da amizade (Correio da amizade);

Setembro Amarelo (em prol da vida, saúde mental e prevenção ao suicídio);

No âmbito da governança, a unidade realiza análises e elabora índices de Absenteísmo, Turn Over e Recrutamento e Seleção, acompanha sistemas de Gestão de Pessoas, oferece apoio a outras unidades e elabora painéis em Power BI para demonstração de dados em tempo real. O Núcleo de Valorização e Humanização conduz diversas ações sociais, como campanhas natalinas para terceirizados, projeto Casa Legal em Cariacica, Campanha do Agasalho, ações em prol de colaboradores terceirizados e solidariedade a crianças da Comunidade Epifania, em Vila Velha.

Campanha Gentileza gera Gentileza (prevista para ocorrer em novembro).

• **3. Gestão por Competências (GPC):**

De forma complementar ao informado pela SGD, acrescento que as seguintes atividades realizadas:

Palestra sobre o tema para os servidores da sede e dos cartórios a fim de que aumentar o conhecimento dos servidores de forma geral, considerando resultado da avaliação realizada sobre todo o programa em que foi verificado que precisávamos aumentar a comunicação e as informações acerca da gestão por competências;

Realização de revisão aprofundada das competências de todas as Unidades do Tribunal, com alterações significativas no rol de competências;

Inserção de uma nova etapa no programa de GPC para todas as Unidades elaborarem um documento constando principais objetivos da Unidade e as principais competências que seriam foco de intervenção, com aposição de ciência por todos os servidores da Unidade, considerando resultado da avaliação realizada sobre todo o programa em que foi verificada a necessidade de que todos da Unidade passassem a ter conhecimento sobre a missão/objetivos e significado da Unidade e dos trabalhos ali realizados, bem como passassem a ter maior clareza das competências prioritárias para o próximo ciclo, contribuindo em uma maior compreensão da etapa da revisão, da clareza das prioridades, e posteriormente da etapa da avaliação de competências;

A SDO, em conjunto com a SGD, realiza diversas campanhas, como a Campanha da Amizade, Setembro Amarelo e a Campanha Gentileza Gera Gentileza. No âmbito da Gestão por Competências, a unidade promoveu palestras, revisões aprofundadas das competências de todas as unidades do Tribunal, inserção de novas etapas no programa e ministrou cursos para alinhar teoricamente a ferramenta, além de receber visita técnica do TRT 16ª Região para compartilhamento de experiências no programa.

Ministração de curso de gestão por competências por esta signatária a servidores do Tribunal que passariam a lidar com o tema e de outras Unidades da SGP que precisavam entender a temática para alinhamento teórico da ferramenta e uso mais adequado do modelo nos diversos subsistemas da gestão de pessoas;

Recebimento de visita técnica do TRT 16ª Região a este Tribunal, com repasse sobre o Programa de Gestão por Competências deste TRE-ES.

• **4. Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (da Comissão do CPQVT):**

A Comissão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (CPQVT) é composta por servidores de diversas unidades, sendo a maioria da Secretaria de Gestão de Pessoas, assim como sua coordenação efetuada principalmente por esta signatária. Dessa forma, ressalta-se que as ações a seguir foram desenvolvidas por vários servidores, lotados em diferentes unidades. Seguem, abaixo, algumas das principais ações desenvolvidas pelo programa:

Plano de Ação de QVT 2022-2023 elaborado, autorizado e divulgado;

Gestão e Mediação de Conflitos que tem como finalidade gerenciar situações de conflito no ambiente de trabalho que afetam o clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho: realizada pelo Núcleo de Gestão de Conflitos e Clima organizacional-NUGECC (esta ação também foi informada

pela SASST);

Semana do Servidor: realizado pelo GT Semana do Servidor (esta ação também foi informada pela SGD);

Reconhecer (com reconhecimento de diversos servidores efetivos, requisitados e aposentados): realizado pelo GT Reconhecer;

Cultos Ecumênicos: realizado pelo GT Comunhão e Fé;

Palestras relativas a temas de saúde (sentido amplo) ou de qualidade de vida no trabalho (no Tribunal ou divulgadas em parceria com outros órgãos): pela coordenação/NUVAH e, na semana do servidor, pelo GT Semana do servidor.

Divulgações em diversos meios de comunicação, em especial nos jornais internos (Participando e Caderno de Cultura e Lazer): realizado por este NUVAH (Participando e outras formas de comunicação) e pelo GT Cultura e Lazer (o caderno de Cultura e Lazer). Cabe registrar as matérias publicadas buscam conteúdos e/ou reflexões que proporcionem conhecimentos e conscientização, contribuindo para a promoção de:

Saúde no sentido amplo da Organização Mundial de Saúde (OMS): saúde física, mental/emocional, social e espiritual;

Para a adoção de estilo de vida mais leve e com maior qualidade de vida no trabalho;

inclusão e de acessibilidade atitudinal, programática e instrumental, possibilitando uma quebra ou redução de barreiras de instrumentos, de normativos/políticas e de preconceitos e discriminação (seja racial, de gênero, de saúde mental, ou outras);

Empatia, humanização, solidariedade e cidadania;

Valorização e reconhecimento, entre outros.

Entre outras ações.

O NUVAH coordenou diversas ações, incluindo a implementação do Plano de Ação de QVT 2022-2023, a Gestão e Mediação de Conflitos pelo NUGECC, a Semana do Servidor pelo GT Semana do Servidor, o Reconhecer pelo GT Reconhecer, Cultos Ecumênicos pelo GT Comunhão e Fé, palestras sobre saúde e qualidade de vida, além de divulgações em diversos meios de comunicação, contribuindo para a promoção de saúde física, mental, social e espiritual, estilo de vida saudável, inclusão, empatia, valorização e reconhecimento.

• 5. Processos seletivos:

Entrevistas para avaliação de perfil profissional para fim de lotação e elaboração do perfil requerido em Edital de Processo Seletivo;

Elaboração de Editais de Processo Seletivo;

Realização de processos seletivos para movimentação interna, para ocupação de funções de confiança e para trabalhos temporários, com divulgação de vagas em aberto visando dar transparência quanto à existência de vagas e dar oportunidade aos(as) servidores(as) de demonstrarem o seu interesse.

• 6. Outras atividades importantes desenvolvidas:

Análise de rotatividade: análise de rotatividade (turn over) da STI, da SAO e prevista para novem-

bro/dezembro de todas as Unidades do Tribunal;

Apoio a servidores e colegas em razão de falecimento de familiar: Providências para divulgação em razão de falecimento de familiar de 1º grau dos servidores, com suporte aos servidores e colegas, auxiliando em prestação de condolências pelos colegas;

Conciliação: instrumento da Resolução TRE-ES nº 09/2023, que instituiu a política de controle da disciplina de servidores. Foi realizada uma conciliação após a publicação da referida resolução, que é um instrumento de prevenção e correção de condutas adotado para a resolução de conflitos de relacionamento interpessoal envolvendo servidores no ambiente de trabalho, quando tais ações não configurarem infração disciplinar. Destaco que antes eram feitas mediações de conflitos por meio do NUGECC, grupo de trabalho que integrava a Comissão do PQVT.

Eleições: integrante da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, coordenando e planejando junto com outras servidoras a referida Auditoria;

Banco de Talentos e de Interesses: em parceria com a TI foi elaborado o Sistema de Banco de Talentos e de Interesses.



A Semana do Servidor compreende uma variedade de atividades destinadas a promover a qualidade de vida no trabalho, fundamentada no Plano de Ação do PQVT, que prevê inúmeras iniciativas.



SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo se destaca em várias frentes, evidenciando um comprometimento abrangente com aprimoramentos significativos. Da segurança da informação à implementação de ferramentas inovadoras para a gestão administrativa, financeira, tecnológica e processual, a instituição demonstra uma abordagem progressista e eficaz. Sua atuação abrange desde a realização de eleições suplementares e comunitárias até os cuidados meticulosos com as urnas eletrônicas. O acompanhamento contínuo da satisfação dos usuários com os serviços eleitorais e o aprimoramento do cadastro eleitoral refletem o compromisso do tribunal em oferecer serviços eficientes, seguros e alinhados com as necessidades da sociedade. Este resumo destaca a versatilidade e excelência do TRE-ES em diversas áreas essenciais.

NO QUE DIZ RESPEITO AO APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

1. Reforçamos a proteção das contas de administração da rede com a implantação de uma ferramenta chamada “cofre de senhas”, que faz a gestão detalhada dos acessos dos administradores;
2. Implantamos uma ferramenta que faz atualização automática dos programas instalados nos computadores, garantindo que eles estejam sempre com as versões mais seguras;
3. Implantamos solução para aprimorar a segurança dos aplicativos de produtividade;
4. Reforçamos a segurança dos nossos aplicativos corporativos com a aquisição e instalação de barreiras digitais que monitoram e controlam o tráfego, os acessos e as requisições;
5. Adicionamos uma dupla camada de autenticação em vários sistemas corporativos, requerendo, além da senha, uma segunda forma de verificação;

6. Adquirimos e implantamos ferramenta que permite realizar análises de segurança no código de softwares e instituímos como pré-requisito para a implantação de novos sistemas (próprios ou de terceiros) uma rotina de análise de vulnerabilidades, com elaboração de parecer técnico especializado visando a implantação segura dos sistemas;

7. Implantamos um antivírus avançado, que vai além da detecção de vírus tradicional, capaz de identificar e responder a ameaças de forma mais abrangente, protegendo contra uma variedade de ataques cibernéticos;

8. Implementamos sistema de telefonia IP, com equipamentos de segurança e links de internet que melhoraram a conectividade do TRE com as Unidades Eleitorais;

9. Criamos os seguintes normativos de segurança da informação:

NSI 007 – Norma de Gestão e monitoramento de registro de atividades (logs);

NSI 008 - Cópia de Segurança e Restauração dos Arquivos Digitais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo;

NSI 009 – Uso Aceitável de Recursos de TI; e

NSI 010 – Uso do Correio Eletrônico.

10. Atualizamos os seguintes normativos de segurança da informação:

NSI 001 – Acesso à internet;

NSI 004- Uso de Aplicativo de Mensagens Eletrônicas; e

NSI 006 – Acesso Remoto.

No âmbito do aprimoramento da segurança da informação no TRE-ES, destacamos a implementação de medidas abrangentes, incluindo a introdução do “cofre de senhas” para contas de administração, a atualização automática de programas, o reforço na segurança de aplicativos e a adoção de uma dupla camada de autenticação. Investimos em ferramentas avançadas, como barreiras digitais e antivírus, promovendo a proteção proativa contra ameaças cibernéticas. A criação e atualização de normativos, juntamente com campanhas de conscientização e treinamento, solidificam nosso compromisso com a segurança digital no tribunal.

11. Desenvolvemos e aprovamos programa permanente com vistas a promover a capacitação da área técnica para prevenção e tratamento de eventos de segurança cibernética e dos servidores, magistrados, terceirizados e estagiários em práticas de segurança para utilização dos recursos de tecnologia da informação;

12. Adquirimos e implantamos a plataforma Knowbe4, de conscientização em segurança cibernética, com treinamentos para difundir a cultura de cibersegurança dentro da instituição e com testes para avaliação de maturidade em segurança da informação;

13. Promovemos 03 campanhas de conscientização em segurança cibernética para todos os servidores, terceirizados e estagiários do TRE-ES, utilizando a plataforma Knowbe4;

14. Aprovamos o Processo de Gestão de Vulnerabilidades do TRE/ES, cujo propósito é identificar, monitorar e corrigir as vulnerabilidades detectadas nos ativos de rede e softwares, de modo a minimizar a probabilidade de um incidente de segurança que possa vir a comprometer a rede ou os dados;

15. Aprimoramos a segurança das bases de dados do Tribunal, com a implantação de ferramentas que combinam poderosos recursos de proteção de dados, tais como: criptografia, mascaramento dinâmico de dados confidenciais, com supressão e classificação de dados, controle e restrição de acesso aos dados dos aplicativos por usuários privilegiados;

16. Desativamos de nossa infraestrutura softwares que estavam em desuso;

NO QUE DIZ RESPEITO À EVOLUÇÃO E À IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS E METODOLOGIAS APLICÁVEIS À GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, TECNOLÓGICA, PROCESSUAL E AO PROCESSO ELEITORAL:

1. Implantamos o programa de residência de TI, em parceria com o IFES, por meio do qual serão viabilizados vários projetos que integram o plano de transformação digital do TRE-ES;

2. Trabalhamos na adequação de softwares com vistas ao atendimento à LGPD e participamos ativamente do processo de alimentação da ferramenta LGPD Manager, visando à gestão de dados pessoais no âmbito do Tribunal;

3. Atualizamos o processo de desenvolvimento de software;

4. Implantamos vários painéis de Business Intelligence, viabilizando o aprimoramento da gestão de várias áreas do Tribunal, incluindo a gestão processual;

5. Implantamos uma ferramenta de repositório arquivístico digital confiável no Tribunal, em atendimento à recomendação do CNJ;

6. Implantamos o eSocial-JE e o REINF-JE para atendimento das normas trabalhistas e tributárias;

7. Criamos relatórios gerenciais para apoio ao processo de registro de candidaturas;

8. Desenvolvemos solução de prova de vida, integrada à plataforma Gov.BR para aposentados e pensionistas;

9. Desenvolvemos o módulo Banco de Talentos, para gerenciar informações pessoais e profissionais dos servidores do quadro;

10. Desenvolvemos um módulo de previdência para simulação de aposentadorias;

11. Desenvolvemos o módulo de reembolso de despesas médicas para gerenciamento das indenizações de gastos com planos de saúde;

12. Desenvolvemos um software de auxílio aos Cartórios na convocação dos mesários e colaboradores de eleição;

13. Desenvolvemos uma solução para gestão do processo de elaboração de sistemas;

14. Desenvolvemos uma solução de gerenciamento de informações sobre os juízes docentes;

Celebramos conquistas significativas no TRE-ES, incluindo o sucesso do programa de residência de TI em parceria com o IFES para impulsionar a transformação digital. Adequamos softwares à LGPD, modernizamos o desenvolvimento de software e implementamos eficazes painéis de Business Intelligence. Lançamos ferramentas como eSocial-JE e REINF-JE, além de desenvolver módulos inovadores, como o Banco de Talentos. Essas realizações destacam nosso compromisso com a eficiência e inovação na gestão tribunalícia.

NO QUE DIZ RESPEITO AO PLEITO DE 2022:

- *Realizamos as Eleições Gerais de 2022, com os seguintes dados relativos à votação:*

ANO	ELEITORES APTOS	COMPARECIMENTO	URNAS DE VOTAÇÃO	URNAS DE CONTINGÊNCIA	SUBSTITUIÇÕES
1º turno	2.922.379	2.315.889	9.239	1.356	197
2º turno	2.922.264	2.322.269	9.239	1.259	150

Importante mencionar que, para o Pleito de 2022, o TRE-ES recebeu 3.184 novas urnas e que o novo modelo de equipamento trouxe alterações significativas, com inovações em sua arquitetura, que se demonstraram estáveis e que permitiram que a urna fosse facilmente assimilada pelos eleitores.

Importante mencionar, ainda, que, em parceria com a SEJUS e o IASES, em abril de 2022, foi promovida a regularização da situação dos presos provisórios e dos adolescentes internos que se encontravam distribuídos em 17 diferentes estabelecimentos de internação, tendo essa ação viabilizado a transferência do título de 1520 eleitores para as unidades prisionais e de internação em que se encontravam os detentos, a fim de possibilitar o exercício do voto por esses eleitores no Pleito de 2022.

NO QUE DIZ RESPEITO À REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES SUPLEMENTARES:

Tendo em vista a determinação da realização de novo pleito para a escolha de governantes locais nos municípios de Itapemirim e Ibitirama, o TRE-ES providenciou toda a coordenação da estrutura logística e operacional para que os eleitores desses municípios elegeassem novos representantes.

- *Os números desses pleitos seguem tabulados abaixo:*

DATA	MUNICÍPIO	NÚMERO DE SEÇÕES	NÚMERO DE URNAS DE CONTINGÊNCIA	URNAS SUBSTITUÍDAS	NÚMERO DE VOTANTES
05/06/2022	Itapemirim	115	15	0	26.061
27/11/2022	Ibitirama	28	11	0	5.450

NO QUE DIZ RESPEITO À REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS:

- *As eleições realizadas no biênio 2022-2023 foram as seguintes:*

ENTIDADE	VOTANTES	ANO
AFPES-CIPA	234	2022
CADEESO	952	
COMASV	98	
UNIMED-CIPA	759	
CONSELHOS TUTELARES	109.448	2023
UNIMED-CIPA	963	
TOTAL DE VOTANTES		
112.454		

- *Estão previstas, ainda, até dezembro de 2023, as seguintes eleições:*

ENTIDADE	ESTIMATIVA DE ELEITORES	ANO
GRÊMIO-COLÉGIO ESTADUAL	2.000	2023
ADUFES	1.724	
UFES	2.200	

NO QUE DIZ RESPEITO AOS CUIDADOS COM AS URNAS ELETRÔNICAS:

- *1 - Realização de Manutenção Preventiva:*

Tendo em vista a importância das urnas eletrônicas para o processo eleitoral, o Tribunal planeja e executa a manutenção preventiva periódica desses equipamentos.

A cada ciclo de aproximadamente 4 meses, todas as máquinas do TRE-ES são testadas e exercitadas para garantir o seu bom funcionamento. Durante cada ciclo, as baterias internas e externas recebem carga, como forma de garantir a permanente disponibilidade e a aumentar a vida útil do suprimento.

- *A tabela a seguir quantifica o trabalho realizado:*

ANO	QUANTIDADE DE CICLOS	QUANTIDADE DE URNAS TESTADAS POR CICLO	QUANTIDADE DE BATERIAS CARREGADAS POR CICLO	TOTAL DE EXERCITAÇÕES DE URNA
2022	2	1º - 8.030 2º - 6.891	1º - 0 2º - 0	14.921
2023	2	1º - 9.133 2º - 6.386	1º - 2.060 2º - 1.964	15.519

- *2 - Implantação de Novo NATU:*

Ainda visando aos cuidados com as urnas, foi providenciado um novo centro de armazenamento no município de Vitória, em substituição a dois outros que existiam. Com mais espaço, o novo depósito oferece melhores condições para a guarda das urnas eletrônicas e suprimentos e para a execução das manutenções necessárias.

NO QUE DIZ RESPEITO AO ACOMPANHAMENTO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS ELEITORAIS:

Conforme decidido no processo 0004667-54.2023.6.08.8000, está em andamento um projeto para viabilizar uma espécie de pesquisa, por meio da urna eletrônica, visando medir a satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados pelos Cartórios Eleitorais e divulgar, posteriormente, esses resultados à sociedade.

NO QUE DIZ RESPEITO AO CADASTRO ELEITORAL

Em janeiro de 2023 foi retomada a coleta de dados biométricos do eleitor, de forma que, atualmente todas as 50 Zonas Eleitorais encontram-se com coleta de dados biométricos ativa.



ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo demonstra um compromisso exemplar no gerenciamento financeiro e orçamentário, evidenciado pelas ações estratégicas da Coordenadoria de Infraestrutura Administrativa, Material e Patrimônio. Sua abordagem transparente e eficiente em procedimentos licitatórios e contratações reflete a busca constante por processos que garantam o uso responsável dos recursos públicos. Este resumo destaca a dedicação da instituição em assegurar uma administração financeira sólida e responsável.

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Implantação de solução de telefonia “IP” a fim de integrar todas as unidades da JE/ES;

Aquisição de 02 veículos sedan para atender à Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e membros da Corte;

Implementação de 01 posto de vigilância armada “porte velado” para atuar nas sessões plenárias, andares da Presidência e Corregedoria;

Reforma geral do 6º e 7º andares do edifício anexo para abrigar parte da SGP e Serviço de saúde;

Reforma geral da 59ª ZE;

Reforma geral da 34ª ZE;

Reforma geral da 40ª ZE;

Reforma geral da 21ª ZE;

Reforma geral da 47ª ZE;

Reforma geral da 4ª ZE;
Mudança de sede da 7ª ZE;
Mudança de sede da 36ª ZE;
Mudança de sede da 30ª ZE;
Mudança de sede da 1ª ZE;
Mudança da sede do Posto Eleitoral de São Domingos do Norte;
Mudança de sede do depósito de urnas eletrônicas;
Instalação do Posto Eleitoral de São José do Calçado;
Substituição do telhado da 6ª ZE;
Renovação de todo parque de aparelhos de ar-condicionado do edifício anexo;
Lavagem das fachadas do edifício-sede e anexo do TRE/ES;
Substituição de armário das copas do 8º e 9º pavimentos do edifício-sede.
Conclusão das obras de acessibilidade no edifício-sede, inclusive com instalação de plataformas elevatórias externas para cadeirantes;
Reconstrução do muro periférico da garagem do 3º pavimento do edifício-sede, com impermeabilização de parte da laje de piso;
Elaboração de projeto executivo de substituição do sistema central de refrigeração do edifício sede pelo sistema VRF.
Elaboração de projeto executivo de adaptação da rede elétrica do DATA CENTER do edifício sede;
Elaboração do projeto executivo de reforma das fachadas dos edifícios sede e anexo;
Contratação das obras de adequação das instalações de combate a incêndio do imóvel que abriga a 6ª ZE;
Contratação das obras de execução de adaptação do 5º pavimento do edifício-sede para a transferência dos gabinetes de membros desta Corte.

Destacamos com satisfação os esforços notáveis em melhorias estruturais no TRE/ES, refletindo um compromisso contínuo com a excelência e o bem-estar. Concluímos com sucesso as obras de acessibilidade no edifício-sede, incluindo plataformas elevatórias externas para cadeirantes, promovendo um espaço inclusivo. A renovação do parque de aparelhos de ar-condicionado no edifício anexo, a lavagem das fachadas e a reconstrução do muro periférico da garagem demonstram nosso compromisso com a qualidade do ambiente de trabalho. Estamos ansiosos para continuar avançando em direção a um ambiente mais seguro, acessível e funcional para todos.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

Contratação de solução para capacitação e conscientização em Segurança da Informação, em que este TRE capitaneou contratação nacional para toda a Justiça Eleitoral, sob a forma de Registro de Preços.

Levantamento e análise de todos os contratos vigentes do Tribunal para análise quanto ao com-

partilhamento de dados pessoais com a contratada e providências para sua adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Adoção de providências para incorporação dos ativos intangíveis produzidos pelo Tribunal, etapa em que foi efetuado o levantamento, apuração de valor de mercado e incorporação ao patrimônio do TRE e ao SIAFI dos softwares produzidos pelo Tribunal.

Realização de vistorias dos bens móveis e imóveis do TRE/ES, com visitas in loco em todos os Cartórios Eleitorais e unidades internas da Sede.

Elaboração da Instrução Normativa nº 01/2023 (Regulamenta a instauração de Termo Circunscrito Administrativo (TCA) para apuração de extravio, furto, roubo ou avaria de bem permanente e critérios de atualização de valores de bens para fins de ressarcimento.)

Além dos itens acima, a Seção de Licitação apresentou relatório (1016837) dos procedimentos licitatórios e contratações diretas realizadas nos anos de 2022 e 2023.

Tabela de Execução Orçamentária da Gestão 2022-2023.

EXECUÇÃO 2022 X 2023						
Grupo de Despesa	Ação Governo	Plano Orçamentário	EXERCÍCIO DE 2022		EXERCÍCIO DE 2023 (até 11/09/2023)	
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	DOTAÇÃO	EMPENHADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTAÇÕES DE APOSENTADORIA	BENEFICIO ESPECIAL	R\$3.201.042,00	R\$3.201.042,00		
	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	R\$15.026.414,00	R\$15.011.618,25	R\$15.211.328,00	R\$14.714.072,79
	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	R\$15.526.017,00	R\$15.500.000,00	R\$15.638.832,00	R\$15.362.937,44
	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	R\$85.815.617,00	R\$85.802.677,04	R\$87.862.929,00	R\$85.297.817,15
	Total		R\$119.569.090,00	R\$119.751.301,40	R\$118.713.089,00	R\$121.009.018,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO			R\$4.071.584,00	R\$4.071.584,00
		ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	R\$4.972.392,00	R\$4.972.392,00		

EXECUÇÃO 2022 X 2023

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	JULGAMENTO DE CAUSAS E GES- TAO ADMINISTRA- TIVA NA JUSTICA ELEI	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	R\$20.421.271,00	R\$18.309.068,71	R\$17.474.245,00	R\$16.516.523,36
		CAPACITACAO DE RECURSOS HUMA- NOS	R\$413.724,00	R\$254.651,54	R\$206.396,00	R\$205.173,70
		SEGURANCA DA INFORMACAO			R\$701.548,00	R\$628.860,80
		CAPACITACAO DE RECURSOS HUMA- NOS - TIC	R\$91.823,00	R\$86.384,04		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGA- DOS, MI	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS			R\$676.480,00	R\$645.633,58
		AUXILIO-TRANS- PORTE DE CIVIS ATIVOS			R\$14.796,00	R\$3.018,23
		AUXILIO-ALIMEN- TACAO DE CIVIS ATIVOS			R\$3.737.656,00	R\$3.692.376,40
		AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS			R\$96.331,00	R\$96.331,00
		ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	R\$814.521,00	R\$814.521,00		
		AUXILIO-TRANS- PORTE DE CIVIS ATIVOS	R\$3.552,00	R\$3.552,00		
		AUXILIO-ALIMEN- TACAO DE CIVIS ATIVOS	R\$4.811.397,00	R\$4.811.397,00		
		AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	R\$96.331,00	R\$56.331,00		
CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTU- RA DA UNI	REFORMAS DE PEQUENO VULTO			R\$-		
Total			R\$31.625.011,00	R\$29.845.456,87	R\$26.979.036,00	R\$37.830.627,34
INVESTI- MENTOS	JULGAMENTO DE CAUSAS E GES- TAO ADMINISTRA- TIVA NA JUSTICA ELEI	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	R\$3.760.049,00	R\$890.145,97	R\$2.350.509,00	R\$2.027.751,73
		SEGURANCA DA INFORMACAO			R\$2.674.000,00	R\$2.673.243,00
	CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTU- RA DA UNI	REFORMA DE EDIFI- CIO-SEDE E ANEXO DO TRE-ES	R\$2.780.000,00		R\$-	
	Total			R\$6.540.049,00	R\$1.370.145,97	R\$5.024.509,00
			R\$157.734.150,00	R\$150.966.904,24	R\$150.716.634,00	R\$163.540.640,64



SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo destaca-se pela excelência em serviços judiciários, evidenciada pelos esforços proativos nas áreas de gestão da informação, registros e informações processuais, além do apoio essencial às sessões de julgamentos. Esses serviços desempenham papéis fundamentais na eficiência e qualidade dos serviços jurídicos, demonstrando um compromisso notável com a excelência processual e aprimoramento contínuo. Este resumo sublinha a importância dessas áreas na promoção de uma administração judiciária eficaz no TRE-ES.

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

LEGISLAÇÃO COMPILADA: Postagem das normas internas (atos, portarias, ordens de serviço, resoluções administrativas e normativas, etc.) do TRE-ES na página de Legislação Compilada do Portal (www.tre-es.jus.br), com links para as respectivas referências legislativas;

PESQUISAS DE JURISPRUDÊNCIAS: Solicitações de pesquisa de jurisprudência de servidores dos gabinetes de Membros e de servidores dos cartórios eleitorais respondidas por meio de correio eletrônico e Microsoft Teams. Número aproximado de atendimentos: 200;

INFORMATIVOS ELETRÔNICOS DE JURISPRUDÊNCIA: Publicação enviada por e-mail e grupo do Microsoft Teams, além de postagem na página <https://www.tre-es.jus.br/jurisprudencia/publicacoes/informativos-eletronicos-de-jurisprudencia> do portal do TRE-ES, na qual são selecionadas decisões com temas diferenciados;

INCLUSÃO DE JULGADOS NO SISTEMA DE JURISPRUDÊNCIA: Inclusão e tratamento de todos os julgados do TRE-ES no período 2022-2023 no sistema de consulta de jurisprudência SJURv3, o que permite a pesquisa dos mesmos através da página <https://jurisprudencia.tre-es.jus.br/#/jurisprudencia>

cia/pesquisa;

JURISPRUDÊNCIA POR TEMAS: Gestão das decisões em destaque, em que são selecionadas e postadas em página própria <https://www.tre-es.jus.br/jurisprudencia/deciso-es-em-destaque/deciso-es-por-anos-e-assunto>) para consulta dos públicos interno e externo;

TABELA PODE X NÃO PODE: Elaboração de tabela em formato de fácil consulta com informações sobre o que é ou não permitido em termos de propaganda eleitoral, referente às Eleições 2022;

CONFECÇÃO DE EMENTÁRIOS – ELEIÇÕES 2022: Elaboração de publicações com julgados recentes deste TRE sobre os temas: Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral e Prestação de Contas.

Digitalização de 1.189.184 páginas de documentos/processos do Tribunal e posterior disponibilização dos documentos digitais em software de indexação/pesquisa;

Realização de entrevistas com ex-servidores referentes ao Projeto de História Oral - (Memórias Eleitorais), que tem como objetivo resgatar e preservar a memória institucional do TRE/ES;

Participação do TRE/ES, juntamente com outros Tribunais Regionais Eleitorais, na 17ª Primavera dos Museus, com a temática “Democracia, Justiça Eleitoral e inclusão das comunidades LGBTQ+, Indígenas e Quilombolas”;

Contratação das Bibliotecas Digitais RT (Proview), RTO (online) e da editora Fórum;

Aquisição de novos títulos literários para atualização do acervo da biblioteca e suporte aos servidores e membros do Tribunal;

Implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq que consiste na instalação do Archivematica – repositório digital e do AtoM, desenvolvido para ser uma interface de acesso aos documentos arquivísticos do Tribunal.

Com entusiasmo, destacamos conquistas significativas na modernização e preservação da memória no TRE/ES. A digitalização de mais de um milhão de páginas de documentos/processos e sua organização em um software de indexação/pesquisa promovem uma gestão eficiente da informação. O Projeto de História Oral “Memórias EleitOrais” é uma iniciativa valiosa para resgatar a história institucional, evidenciada pelas entrevistas com ex-servidores. A participação ativa na 17ª Primavera dos Museus reflete nosso compromisso com a diversidade. A aquisição de Bibliotecas Digitais, a incorporação de novos títulos literários e a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) com o Archivematica e o AtoM fortalecem nossa dedicação à preservação e acessibilidade eficiente aos documentos.

COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO

Seção de Preparação e Apoio às Sessões

- Atividades de suporte e apoio a 206 (duzentas e seis) sessões plenárias - dentre elas:

a) criação de sessões na plataforma Zoom (sessões remotas) e no ambiente PJe (relação de julgamento dos processos);

b) disponibilização da pauta virtual no sítio eletrônico do TRE/ES;

- c) envio do link de acesso às sessões remotas, por e-mail;
- d) recebimento e processamento dos Pedidos de Sustentação oral/Preferências de Julgamento;
- e) encaminhamento de relatórios dos estudantes para carimbo/assinatura (sessões presenciais);
- f) elaboração e remessa (e-mail) das pautas de julgamento, dentre outras atividades conexas às atribuições da seção;

- As sessões plenárias estão distribuídas da seguinte forma, ao longo do biênio: no ano de 2022:

74 (setenta e quatro) sessões no formato remoto;

52 (cinquenta e duas) sessões no formato presencial;

No ano de 2023:

41 (quarenta e uma) sessões no formato remoto;

38 (trinta e oito) sessões no formato presencial;

1 (uma) sessão híbrida;

- Transmissão de sessões plenárias (presenciais/remotas) com participação de Intérpretes LIBRAS a partir da sessão do dia 21/08/2023, em cumprimento à norma do CNJ atinente à matéria;

- Emissão de 931 (novecentos e trinta e uma) certidões de publicação de pauta (no DJE/ES) no ambiente do PJe, sendo:

493 (quatrocentas e noventa e três) no ano de 2022;

438 (quatrocentas e trinta e oito) no ano de 2023;

Seção de Elaboração e Montagem de Acórdãos e Resoluções

a) Abertura e fechamento das sessões plenárias no ambiente PJe, com registro e cômputo dos votos de cada membro, julgamentos concluídos com lançamento das respectivas decisões, pedidos de vista, retiradas de pauta e adiamentos de cada processo pautado.

- 126 sessões plenárias no ano de 2022.

- 80 sessões plenárias realizadas no ano de 2023.

b) Emissão de 3.420 (três mil quatrocentos e vinte) certidões de julgamento detalhada no ambiente do PJe, sendo:

- 1.976 (mil novecentos e setenta e seis) no ano de 2022;

- 1.444 (mil quatrocentos e quarenta e quatro) no ano de 2023, até a presente data;

c) Confecção e envio para assinatura de Acórdãos e Resoluções julgados pelo Plenário, sendo:

Destacamos a eficiência do TRE/ES na prestação de serviços essenciais. A rápida disponibilização de informações sobre órgãos partidários, publicações estratégicas no Diário da Justiça Eletrônico e análises precisas de registros de candidaturas evidenciam nosso compromisso com a transparência eleitoral. Atividades ágeis, como o processamento eficiente de filiações partidárias e notificações em casos de omissão na prestação de contas, refletem nossa dedicação à responsabilidade e integridade. Essas ações, aliadas à prestação ágil de informações processuais, solidificam nosso compromisso com uma justiça eleitoral eficiente e transparente.

- 620 Resoluções e Acórdãos no ano de 2022.
- 561 Resoluções e Acórdãos no ano de 2022, até o presente mês.
- d) Controle e estatística dos julgamentos concluídos, para constar nas atas das sessões;
- e) Confeção e envio para assinatura de 84 (oitenta e quatro) resoluções administrativas/normativas, via sistema SEI.
 - 29 relativas ao ano de 2022
 - 58 referentes ao ano de 2023, até a presente data.”

COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

A Coordenadoria de Registros e Informações Processuais desempenha diversas atividades essenciais para o bom funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). Algumas das principais ações realizadas por esta coordenadoria incluem:

1. Revisões de autuações e distribuições de processos no sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, observando as normas processuais pertinentes;
2. Autuações e distribuições de processos no sistema PJe, provenientes do sistema SEI ou de petições externas, respeitando as normas processuais vigentes;
3. Prestação de informações e emissão de certidões processuais relativas aos feitos autuados neste tribunal;
4. Publicações de listas de distribuição/redistribuição de processos autuados neste tribunal, em conformidade com as normas de processo;
5. Cadastramentos de usuários e prestação de suporte aos advogados, demais usuários, unidades do tribunal e cartórios eleitorais, relativamente ao sistema PJe. Informa acerca das atualizações, indisponibilidades e parametrizações necessárias ao referido sistema;
6. Anotações de informações relativas às constituições e alterações dos órgãos de direção e delegados partidários no sistema próprio (SGIP);
7. Gerenciamento de informações sobre registro de novos partidos políticos, promovendo suporte na utilização do sistema de apoio aos partidos em formação (SAPF);
8. Prestação de informações e expedição de certidões nos processos pertinentes e ao público em geral sobre as composições dos órgãos partidários;
9. Publicações no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) dos editais para fins de impugnação nos processos de prestação de contas de partidos e candidatos;
10. Análise de todos os pedidos de registro de candidaturas, expedição de editais de impugnação e elaboração de todos os relatórios acerca do cumprimento dos requisitos por partidos, coligações, federações e candidatos nos processos de registro de candidaturas nas eleições gerais;
11. Realização de treinamentos com representantes partidários sobre as regras e sistemas utilizados no processo de registro de candidaturas nas eleições gerais;
12. Registros de julgamentos de contas partidárias e eleitorais de partidos e candidatos no sistema de informações de contas (SICO);

Destacamos a eficiência da equipe no TRE/ES na gestão de processos judiciais e suporte dedicado. O controle ágil dos prazos, arquivamento preciso dos processos de competência originária e execução diligente dos atos processuais refletem nosso compromisso com a celeridade e qualidade. Atendimentos ágeis fortalecem a conexão com partes, advogados, unidades internas e o público. O apoio na customização dos painéis de Business Intelligence no TRE-ES destaca nossa colaboração e expertise em otimizar ferramentas estratégicas.

13. Execução, supervisão e orientação das atividades referentes ao processamento das filiações partidárias, por meio do sistema próprio (Filia);
14. Cadastramentos de usuários para utilização dos sistemas SGIP, SICO, SAPF e Filia;
15. Expedição de notificações aos partidos e respectivos responsáveis acerca da omissão do dever legal de prestação de contas;
16. Prestação de informações processuais e expedição de certidões dos atos e termos processuais nos feitos em trâmite neste tribunal;
17. Prática de atos processuais visando ao cumprimento de despachos, decisões, acórdãos e resoluções nos processos em trâmite neste tribunal;
18. Promoção de citações, notificações e intimações nos processos em trâmite neste tribunal;
19. Expedição de editais, mandados, cartas de ordem, precatórias e correspondências (AR e Whatsapp) em cumprimento às determinações dos relatores e nos casos previstos em lei;
20. Controle e certificação dos prazos processuais e processamento dos recursos interpostos das decisões, com remessa dos processos à origem ou à instância superior, conforme o caso;
21. Arquivamento dos processos de competência originária com certificação de seu trânsito em julgado;
22. Execução, após a certificação do trânsito em julgado, dos atos processuais necessários ao cumprimento das decisões proferidas pelo tribunal nos processos de sua competência originária que resultem em pagamentos de valores;
23. Prestação de atendimentos às partes, advogados, demais unidades do tribunal e cartórios eleitorais, bem como ao público em geral, por meio dos diversos canais de atendimento do tribunal (telefone, e-mail, Teams, Balcão Virtual, ou presencialmente nas dependências da secretaria);
24. Auxílio na customização e configuração dos painéis de Business Intelligence (BI) implantados no TRE-ES pela equipe do TRE-GO;
25. Realização de reuniões com os usuários internos do PJe para tratar das pendências de saneamento dos processos judiciais e utilização de ferramentas de ajuste de movimentação processual visando à extração de informações estatísticas mais precisas e condizentes com a situação dos processos;
26. Acompanhamento dos painéis de saneamento, identificação de erros e aplicação de ajustes com vistas a atender às definições da Tabela Processual Unificada (TPU) e aos critérios estabelecidos para o Prêmio CNJ de Qualidade.

Destacamos a produtividade excepcional nas sessões plenárias do biênio, com 175 sessões realizadas, sendo 93 remotas, 90 presenciais e 1 híbrida. A transmissão com Intérpretes LIBRAS a partir de agosto de 2023 e a emissão de 931 certidões de publicação de pauta no PJe evidenciam nosso compromisso com a acessibilidade e transparência.

RELATÓRIO DE GESTÃO **2022/2023**
Desembargador JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA





RELATÓRIO DE GESTÃO **2022/2023**

Desembargador JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA